

11º Encontro Nacional do PT

O principal debate do próximo encontro será a política de alianças vinculada à discussão do que é uma alternativa ao neoliberalismo.

Estará em questão a política que vem sendo encaminhada pela maioria da direção nacional, cujo mandato termina. Ela busca constituir alianças com o chamado "centro" e vem progressivamente defendendo uma mudança programática. Vale dizer: passamos a ter a construção de um bloco de forças cada vez mais dependente de setores fora do campo democrático e popular; a perspectiva programática não é mais socialista e o problema não é encontrar uma alternativa global ao neoliberalismo mas sim saídas intermediárias, sob o argumento de que seriam as mais viáveis.

Mas estas teses não são verificadas na prática política. O chamado centro é muito mais uma criação política de quem defende esta aliança que uma força ativa. Os políticos de "centro" participaram (e participam) ativamente da implementação do neoliberalismo (no Brasil e no mundo). Suas propostas não visam alterar globalmente o neoliberalismo, mas evitar ou corrigir algumas de suas consequências mais negativas. Em contrapartida têm conseguido desfigurar o pensamento de parte da esquerda.

A política ensaiada pela atual maioria em final de mandato se choca com a história do PT e com tudo o que acumulamos como programa. É por isso que há um campo de esquerda forte no partido. Apesar da alteração das regras - urna aberta o dia inteiro, nenhum debate nos encontros de base - o 11º Encontro Nacional anuncia um equilíbrio de forças. É provável que um processo mais democrático revelasse mais deslocamentos a favor da esquerda.

As teses da esquerda propõem desenvolver aquilo que o partido acumulou de mais precioso: seu compromisso com a transformação socialista e com os interesses da classe trabalhadora; sua democracia interna; seu esforço de construir uma alternativa de poder frente a todas as variantes de dominação burguesa. Nada disto é fácil. Mas sustentamos que uma proposta alternativa será anticapitalista ou não se viabilizará. Será socialista, por mais difícil que seja sua construção.

Para o momento que vivemos, propomos intensificar as mobilizações sociais e a organização popular unificando uma plataforma de lutas. E, simultaneamente, assumir como tarefa central recompor o campo democrático e popular como alternativa de governo e poder, com um programa que retome e avance nossas formulações de 1994 e de 1989. Definir candidaturas a presidente e aos governos estaduais com condições de disputa, organizando um bloco social e partidário opositor, alternativo aos partidos e forças que dão sustentação a FHC. E avançar na perspectiva internacionalista, aproximando experiências e propostas de esquerda na América Latina e no mundo.

Os resultados do PT em 1996 evidenciaram que as esperanças populares foram capitalizadas onde o partido se apresentou com propostas e perfil de esquerda. O conjunto de mobilizações contra FHC, com o destaque dos sem terra, aponta não para uma oposição bem comportada, mas para a construção de uma oposição de base popular e de um programa de transformações sociais. Uma alternativa ao neoliberalismo só pode ser construída a partir da derrota das bases sociais e políticas que sustentam o atual regime.

Este é o diálogo que queremos travar no 11º Encontro Nacional do PT.

JOAQUIM SORIANO
SECRETÁRIO-GERAL DO PT



A RODA DA FORTUNA E DA CORRUPÇÃO

A GRANDE CORRUPÇÃO É LEGAL. ELA SE BASEIA NA TROCA DE "FAVORES" ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PELAS GRANDES EMPRESAS

MIGUEL ROSSETTO

As relações entre poder econômico e político no Brasil frequentam há muito as manchetes da imprensa. Nos últimos anos, uma sucessão de escândalos (Collor, anões do orçamento, precatórios, compra de votos da reeleição, etc) criou a convicção na população de que a corrupção é o lubrificante das engrenagens da política brasileira.

Mas as relações do poder econômico com o processo político são muito mais amplas do que aparecem nos jornais. Para além da compra escancarada de votos de parlamentares (como na aprovação da

emenda da reeleição), ou de decisões de altos funcionários públicos (as "comissões"), o poder econômico coabita o poder político no seu dia-a-dia através de procedimentos legais e semi-legais, muito mais eficazes do que aqueles prosritos pela lei.

O próprio caso da emenda da reeleição - que reforça o caráter oligárquico da política brasileira - é um bom exemplo da presença simultânea e combinada destes dois aspectos da ação do poder econômico nas decisões políticas do país. De um lado, temos a compra direta dos votos, pública no caso de parlamentares da região norte. É a famosa "mala preta" adquirindo diretamente o voto parlamentar. Se estivéssemos em um país com tradições democráticas enraizadas, este escândalo teria derrubado o governo. Mas há, no Brasil, uma ampla "legitimidade" das relações espúrias entre poder econômico e decisões políticas e tudo que dele resultou foi uma cínica Comissão de Inquérito instalada na Câmara Federal - que logo tratou de caracterizar o episódio como um caso isolado, sem qualquer investigação mais séria.

Todavia, no mesmo processo de votação houve outro episódio emblemático de "convencimento" dos parlamentares. No dia anterior à votação da emenda da

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

A LUTA PELO FUTURO DO PT

Programa e alianças de centro-esquerda e partido monolítico: eis o que aponta a Articulação para o PT. Carlos Henrique Árabe mostra, na página 13, as dificuldades deste projeto ser viabilizado, tanto pela tradição radical e democrática do partido, como pela ausência de aliados de centro na política nacional.

E MAIS:

ANTÔNIO MARTINS E IGOR FUSER ANALISAM OS IMPASSES DO MERCOSUL
PÁGINA 16

SERGE HALIMI MOSTRA COMO AS LEIS SÃO FEITAS POR QUEM ASSINA OS CHEQUES
PÁGINAS 8 E 9

reeleição, Fernando Henrique Cardoso reuniu os principais financiadores de campanha do país para um jantar no Palácio da Alvorada. No dia seguinte, uma plêiade de respeitáveis empresários invadiu o Congresso Nacional com um único e claro recado: quem não votasse pela reeleição não contaria com a generosidade das grandes corporações no financiamento de suas campanhas eleitorais. O espaço que o episódio recebeu na imprensa e o tom de normalidade com que foi comentado indicava que, para a mídia, isto definitivamente faz parte do jogo.

É difícil determinar a eficácia que cada um destes mecanismos - corrupção direta nos grotões e "lobbies" das elites - é capaz de ter no controle efetivo das instâncias de poder. Mas seus impactos não podem ser subestimados. Um conhecido membro da base de sustentação do governo, conhecido por suas posturas "independentes", comentava logo após a votação: "enfrentar as cúpulas partidárias e retaliações do governo não é o problema, mas se eu romper com eles (os financiadores de campanha) estou morto eleitoralmente".

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Tudo indica que o financiamento de campanha é hoje um dos elos mais poderosos na cadeia de corrupção do processo político brasileiro.

Basta uma vista de olhos sobre as prestações oficiais de contas dos gastos de campanha para constatar os vínculos entre quem financia a eleição e quem se beneficia com a política do governo. No caso da campanha de FHC de 1994 foram de US\$ 33.961.763, provavelmente uma parte ínfima do valor realmente gasto.

CONTINUA NA PÁGINA 3

O Brasil de FHC



- ◆ A investigação da Polícia Federal determinou o valor do rombo causado pelas fraudes na gestão do Banco Nacional, R\$ 9,2 bilhões, o dobro do estimado pelo BC quando interviu.
- ◆ O IBGE divulgou que existem hoje no país 16,5 milhões de analfabetos com mais de dez anos.
- ◆ São Paulo saltou da condição de 21ª para 15ª cidade mais cara do mundo. O Rio de Janeiro a 26ª. Tóquio manteve o primeiro lugar.

- ◆ Em janeiro de 1998, os 22 mil cobradores de ônibus de São Paulo começaram a ser substituídos por catracas eletrônicas.

- ◆ São Paulo está vivendo uma epidemia de sarampo. Segundo a OMS ela poderia ter sido evitada com uma campanha geral de vacinação de crianças entre 9 meses e 4 anos em 1995.
- ◆ Os efeitos distributivos do Plano Real parecem estar se esgotando. Um estudo do DIEESE mostrou que entre janeiro e

maio deste ano, o rendimento máximo dos 10% mais pobres da população ocupada - que ganha até R\$ 151 - caiu 14,85.

- ◆ Juizes federais reajustaram seus salários em 12% por decisão da própria Justiça Federal. Também receberam diferenças de 36 meses, retroativas ao início do Plano Real, que chegam a R\$ 35 mil.
- ◆ O déficit externo do país dobrou no primeiro semestre, atingindo US\$ 15,62 bilhões, colocando a gestão da economia em sérios apuros.



FRANGOGATE, PRECATÓRIOS E DÍVIDAS

O malufismo vem sofrendo um desgaste importante. De um lado, eclodiu o escândalo do "Frangogate", a acusação de favorecimento na venda de frangos para a Prefeitura de São Paulo por uma empresa da família do ex-prefeito Paulo Maluf entre agosto de 1996 e fevereiro de 97. 824 toneladas de coxas e sobrecoxas de frangos foram comprados de uma empresa da mulher e da filha do ex-prefeito e vendidos à prefeitura pela A D'Oro Alimentícia, pertencente ao cunhado de Maluf. De outro, o relatório final da CPI dos Precatórios do senador Roberto Requião

compromete diretamente Maluf e o atual prefeito Celso Pitta (ex-secretário de finanças de Maluf) nas irregularidades em transações com títulos públicos em 95 e 96. E, finalmente, a Prefeitura de São Paulo sofre uma grave crise financeira, decorrente do excessivo endividamento legado por Maluf pelos gastos em obras viárias, no PAS e no projeto Cingapura. Quase todas as promessas de campanha de Pitta estão comprometidas. A oposição ao malufismo tem, assim, muita munição para combater a candidatura do ex-prefeito ao governo do Estado. Se quiser travar a disputa política.

Desejo de carne

"No acampamento Itaquiraí (MS), sem-terra estendem parte da carne do abate de 42 bois da fazenda invadida Mestiço, que deve alimentar 2.163 famílias até amanhã; o líder José Rainha Jr. criticou a ação e se disse 'preocupado'" (FSP, 07/08/97). Não há como não lembrar da passagem de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, em que Nhô Roque Lameu descreve o *Dia do Juízo* de forma semelhante: "Aí há de descer um anjo do céu, e um boi assado vai correr a terra, de casa em casa, com um garfo e uma colher fin-

cados. Cada um come um pedacinho dele". Ou o filme *A Marvada Carne*, de André Klotsel, em que o personagem principal conduz sua vida - o casamento, a migração - pelo desejo de comer carne, desejo que ele só consegue realizar quando se vê no meio de um saque a um supermercado. Os 42 bois carneados em Itaquiraí, apesar do horror perante o crime contra a propriedade expresso pela *Folha*, estão no caminho da Reforma Agrária. Bandeira que alimenta o desejo de justiça e cidadania, mas também o desejo, igualmente justo, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de comer um bom bife (que nos perdoem os vegetarianos).

Zé Augusto expulso do PT

O Diretório Estadual de São Paulo decidiu por unanimidade expulsar do PT o deputado federal José Augusto Ramos, ex-prefeito da cidade (1988-1992) e candidato derrotado nas eleições municipais de 1996. Entre as inúmeras irregularidades das quais o deputado foi acusado estão: contratação de seguranças armados para reuniões do partido - entre os quais o PM Rambo, o assassino da Favela Naval; recusa a ser apoiado pelo então prefeito (Filippi) e pelo outro pré-candidato (Joel Fonseca); recusa do registro de candidatos a vereador que não os de seu grupo nas eleições do ano passado. Estas e outras medidas tomadas por Zé Augusto levaram o PT de Diadema a uma profunda crise e a perder a eleição apesar de uma preferência partidária de quase 50% na cidade e de uma avaliação da gestão petista como ótima e boa por mais de 70% da população. O DR decidiu também (por 14 votos a 11 e 16 abstenções) suspender por um ano o ex-prefeito Filippi, apesar dele não ter infringido a ética partidária.

PODER DE GÊNERO

O Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, que procura avaliar a qualidade de vida a nível mundial, combina renda, alfabetização e esperança de vida. Os dados por sexo apresentam o Índice de Desenvolvimento por Gênero (IDG). O IDG de 1997 revela que a desigualdade entre os gêneros se estende por todo o planeta. O Canadá ocupa a primeira posição no ranking, com as mulheres ficando com 38% da renda. No Brasil elas se apropriam de 29% da renda, enquanto o mínimo para uma distribuição justa seria 35% (equivalente a sua participação no mercado de trabalho). E mais se reconhecermos o valor do trabalho doméstico e de outros não declarados, como o trabalho agrícola e ação social voluntária.

A ONU também nos apresenta o Índice de Poder por Gênero (IPG), que combina a participação das mulheres na força de trabalho, nos cargos de chefia, em profissões técnicas e na política institucional. Numa ponta temos os países islâmicos e na outra os países nórdicos. Nos primeiros, o fundamentalismo religioso exclui as mulheres da participação na vida pública, enquanto que na Escandinávia a organização das mulheres, o Estado do bem-estar social e as políticas de ação afirmativa produziram os mais altos índices de participação feminina no poder. Os países da América Latina encontram-se por volta da 50ª posição no ranking, exceto Cuba, que ocupa o 23º lugar. Quem sabe a aprovação das cotas de mulheres para as candidaturas ao legislativo ajude o Brasil a sair do 58º lugar do IPG.



JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP CEP 01151-000 - FONE (011) 67-3476.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO:

JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, RITA ARAÚJO, MIRIAM NOBRE, FÉLIX SÁNCHEZ, FÁBIO PEREIRA, CACO BISOL E MÁRCIA RAMOS.

TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES.

PERIODICIDADE: MENSAL



ARGENTINA: NÃO MUDAR O MODELO

A aliança da Frepaso com a União Cívica Radical (do ex-presidente Alfonsín) para as eleições parlamentares de outubro na Argentina - tendo em vista a sucessão de Menem em 1999 - foi feita em torno de um projeto político ultra-moderado. Sua perspectiva não é alterar o modelo econômico implantado pelo peronismo neoliberal, mas apenas "evitar seus efeitos sociais negativos".

NOVAS VÍTIMAS DO MERCADO FINANCEIRO

A desvalorização das moedas da Tailândia, Filipinas, Indonésia e Malásia afeta os poucos países, fora o Brasil, que ainda pretendiam manter déficits externos elevados. A Tailândia teve que ser socorrida por um pacote de US\$ 8 bilhões do FMI em troca de medidas de austeridade fiscal e monetária.

LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA ÁFRICA DO SUL

O aborto foi legalizado no país em outubro de 1996 e começou a ser efetuado em fevereiro de 1997. Ele poderá ser realizado até 12 semanas de gravidez; adolescentes acima de 16 anos não necessitam da autorização dos pais. Os abortos eram até agora a segunda causa de morte entre as mulheres.

IMPASSES DO ETA

O assassinato pelo ETA de um vereador do Partido Popular de uma pequena cidade basca - sequestrado dias antes para pressionar o governo espanhol a transferir para o País Basco 500 presos do ETA espalhados por prisões por todo o país - provocou a maior onda de protestos contra o movimento separatista da sua história. A ação, que parece escapar à toda lógica da disputa política, reflete os impasses da organização e colocou os militantes do Herri Batasuna, organização política legal, ligada ao ETA, num isolamento político inédito.

ASSASSINADO ROBERTO McLEAN

Nosso companheiro Roberto McLean Torres foi assassinado em Barranquilla (Colômbia), no dia 11 de julho, por paramilitares de direita. Tinha 39 anos, 24 dedicados à militância estudantil, popular (atuava no movimento negro e de bairro) e revolucionária. Participou das organizações da Quarta Internacional na Colômbia, foi delegado ao XI Congresso Mundial e continuava mantendo uma importante atividade revolucionária. Pela oposição política ao regime na Colômbia - campeão no desrespeito aos direitos humanos e na corrupção em nosso continente - ele pagou com a vida. Os militantes da Quarta Internacional lamentam esta perda e compartilham a dor de sua família e amigos.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000 ou faça contato pelo telefone (011) 66-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO". Nesta edição, "Inconsistência e populismo na política econômica brasileira", de Paulo Nogueira Batista Jr., e "A

FHC foi financiado fundamentalmente por empresas do setor financeiro (US\$ 7,7 milhões), empresas saídas do processo de privatização (US\$ 9,5 milhões), grupos do ramo petrolífero e petroquímico (US\$ 5,28 milhões), empresas de medicina e previdência privada (US\$ 1,75 milhões), além de um apoio incomensurável de grupos da área de comunicação social (que vai muito além do valor oficial de US\$ 1,2 milhões). Ou seja, mesmo na prestação oficial de contas, pode-se ver que 2/3 da campanha de FHC tem origem no capital envolvido com negócios com o Estado.

Estas contas foram minuciosamente pagas pelo governo. Cada um destes setores foi contemplado com políticas de governo (privatizações, PROER, regulamentação de mercados, etc.). Mais do que isto, quando um destes grupos tem seus interesses contrariados por escalões inferiores ou órgãos autônomos do Executivo, logo fica claro quem manda na banda. O caso envolvendo o CADE e o grupo Gerdau é exemplar desta demonstração de força e arrogância do poder econômico.

GERDAU: UM CASO EXEMPLAR

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça com autonomia garantida em lei. Cabe a ele "julgar os casos que envolvem formação de monopólios, oligopólios ou práticas lesivas à livre concorrência". O oligopólio do aço - formado por quatro empresas que adquiriram todo o setor siderúrgico estatal - provocou, nos últimos anos, um aumento de preços que tem significado uma transferência de US\$ 100 milhões por ano do consumidor final para o setor siderúrgico. Quando o grupo Gerdau comprou a siderúrgica Pains (MG), o CADE considerou que havia ido longe demais na formação de um monopólio privado de aços planos comuns e determinou a desconstituição do negócio.

Ocorre que a Gerdau era o maior financiador de campanha do PMDB do Rio Grande do Sul, Estado e partido do então Ministro da Justiça, Nelson Jobim (Gerdau foi o maior contribuinte da campanha de Britto e financiou todos os parlamentares gaúchos do governo). Rapidamente Jobim entra em cena em defesa de seu generoso contribuinte, reforma a decisão do CADE (o que é abertamente ilegal), substitui todos os conselheiros que haviam participado da decisão e propõe mudanças na legislação, reestruturando por completo as competências do órgão.

A CORRUPÇÃO LEGAL

Este tipo de caso é corriqueiro nas mais diferentes áreas da administração pública. Ele é apenas um dentre centenas que podem ser arrolados e que deixam claro que as relações decisivas entre os grandes grupos empresariais e o poder econômico vão muito além dos escândalos envolvendo a "arraia miúda da política", isto é, os parlamentares dos grotões. A "mala preta", que no imaginário popular se constituiu na principal forma de corrupção, tem uma importância apenas marginal neste processo. A grande corrupção dá-se através de operações cobertas pelo véu da legalidade, isto é, a partir de leis e políticas oficiais que, estas sim, mo-



A RODA DA FORTUNA E DA CORRUPÇÃO

vimentam muitos bilhões.

A ausência de mecanismos de controle popular sobre o Estado brasileiro permite a proliferação destas relações de transferência de recursos públicos para os grandes grupos privados, subvertendo o processo democrático. É a roda da fortuna e da corrupção: grandes conglomerados financiam as campanhas milionárias de Executivos e Legislativos que "pagam" a conta através de leis e políticas que asseguram a

transferência de recursos do Estado e da sociedade para estas corporações.

Não é por outro motivo que bancos, empreiteiras e outros setores diretamente interessados na formulação de políticas que possam facilitar-lhes grandes lucros dispõem-se a financiar um amplo leque de candidatos e dos mais diferentes partidos (e até candidaturas do PT). Tratam de apostar em todos mas jogam suas maiores fichas naqueles que possam maximizar-lhes o retorno.

Vitor Buaz deu 40% do ICMS para empresários

O vergonhoso "sigilo bancário" acobertou durante 26 anos o funcionamento do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias no Estado do Espírito Santo (Fundap), um imoral mecanismo de transferência de recursos públicos para empresas privadas. Infelizmente, no governo Vitor Buaz, o "segredo" continuou. Numa profunda contradição, o mesmo governo que paga com três meses de atraso os salários dos servidores públicos, que não investe na educação, na saúde, no meio-ambiente etc... alegando falta de recursos, emprestou/doou mais de 40% do ICMS recolhido a juros de 1% ao ano, sem correção monetária para grandes empresários. Em 29 meses, foram emprestados R\$ 829 milhões, para 238 empresas. No mesmo período o governo estadual contou com pouco mais de 2 bilhões para investimentos, custeio e pagamento de pessoal.

No final de junho, foi possível romper com a "lógica do sigilo bancário" nas operações financeiras do Fundap. A população capixaba pode, finalmente, conhecer as empresas beneficiadas, os valores emprestados e a alta concentração de recursos para poucas empresas. Apenas a Cotia Trading (BR) S/A, controlada pelo Grupo BCN, e a Cia. Importadora Coimex, re-

ceberam até agora R\$ 400 milhões do governo Vitor Buaz.

O FUNDAP

O Fundap é constituído por recursos das dotações da Lei de Orçamento Anual do Estado, e a Secretária de Estado. O Banestes transfere o valor de contratos celebrados entre o Bandes (Banco de Desenvolvimento) para as empresas beneficiárias (que devem ter sede no Espírito Santo e exercer atividades de comércio exterior sujeitas ao pagamento do ICMS ao Estado do Espírito Santo). O empréstimo é feito tendo como base o valor da operação de importação ou exportação feita por um porto capixaba. Assim, se uma empresa credenciada junto ao Fundap importa ou exporta mercadorias no valor de R\$ 1 milhão, ela tem "direito", pela lei atual, a um empréstimo no valor de R\$ 80 mil. O Bandes retém R\$ 5,6 mil que serão aplicados, pelo beneficiário, em empresas localizadas no próprio Estado. Isso significa que o empresário tem a obrigação de investir apenas 7% do valor do financiamento no Espírito Santo. Quando o Fundap foi criado esta exigência era de 50%. Depois caiu para 35%, e Buaz reduziu de 10% para 7%.

Um balanço da Fundap na economia capixaba mostra que, passados 26 anos, ela ainda é totalmente dependente dos grandes projetos (Vale, CST, Aracruz Celulose e Samarco) e estamos longe de termos a ampliação da renda nos setores primário e secundário. O café continua sen-

A BANCADA FEDERAL DO PT DEFENDE A PROIBIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS, O MAIOR CONTROLE SOBRE OS GASTOS E O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO NOS GASTOS

MIGUEL ROSSETTO

Por estes motivos, a bancada federal do Partido dos Trabalhadores apresentou em sua proposta de legislação eleitoral uma série de mudanças na estrutura de financiamento de campanha. Propõe-se a proibição da contribuição de empresas, o maior controle sobre os gastos e um aumento da participação do Fundo Partidário nos gastos.

As regras propostas pelo PT tem como objetivo estratégico chegar a eleições integralmente financiadas pelo Estado com regras de igualdade de disputa e transparência de gastos.

É evidente que ainda estamos longe disso. No entanto, a realidade das últimas campanhas eleitorais, marcadas pelo absurdo abuso do poder econômico e pela falência dos mecanismos de fiscalização da Justiça Eleitoral, tornam urgente a necessidade de uma legislação mais restritiva e clara. Do contrário, os processos eleitorais e o próprio sistema institucional serão ainda mais controlados pelo grande capital. E o sistema de representação política vigente, já muito deformado e aquém das exigências democráticas da sociedade, não passará de um simulacro de democracia.

MIGUEL ROSSETTO É DEPUTADO FEDERAL PELO PT/RJ.

do quase uma monocultura e temos uma das maiores concentrações de renda do país.

POUCOS PRIVILEGIADOS, POUCOS EMPREGOS

O Fundap é um mecanismo que institui a concentração de renda em escala. Apenas 6 empresas receberam, nos 29 meses de governo Vitor Buaz, 66,42% de todos os empréstimos concedidos. Outras 232 empresas ficaram com 33,58%. Quando ampliamos o número de empresas para 21, elas ficaram com 84,69% do total financiado e as outras 217 empresas ficaram com apenas 15,31% do financiado.

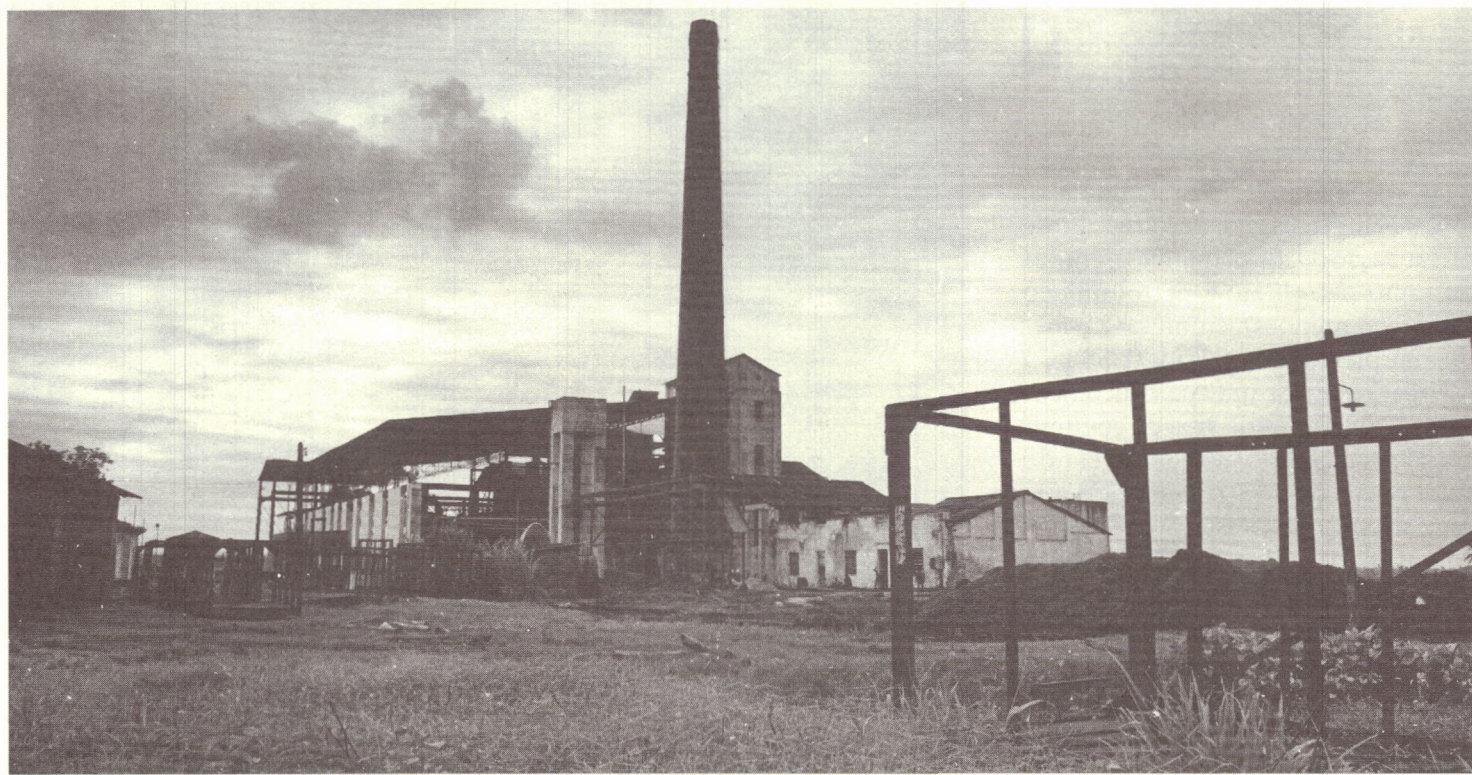
Este dinheiro gerou muito pouco emprego. Enquanto num polo de confecções são necessários R\$ 6 mil para se criar um posto de trabalho, temos empresas fundapeanas que se restringem a ter um contador operando no Estado. Segundo informações da DRT/ES a Cotia Trading - empresa que mais gerou emprego - 178 trabalhadores no ano de 1996. A relação do valor do financiamento com o número de trabalhadores dá uma média de R\$ 485,3 mil para cada emprego.

A transferência de recursos públicos para grandes grupos privados jamais permitirá um desenvolvimento industrial com geração de empregos, que permita melhoria real nas condições de vida da maioria.

OTAVIANO DE CARVALHO
DEPUTADO ESTADUAL DO PT/ES.

A QUEDA DO GOVERNADOR SURUAGY POR PRESSÃO POPULAR ABRE IMPORTANTES POSSIBILIDADES DE AVANÇOS DA ESQUERDA NO ESTADO

ARAKEN ALVES E GOLBERY LESSA



JEUS CARLOS

A CRISE DE ALAGOAS

O confronto entre o povo alagoano e a bancada governista na Assembléia Legislativa do Estado, ocorrido no último 17 de julho, resultou no afastamento do então governador Divaldo Suruagy. Este foi o primeiro grande estalo de uma formação social que não tem mais nenhuma capacidade de reprodução autônoma. As armas dos atiradores de elite das polícias alagoana, postados nas últimas janelas do prédio histórico do Arquivo Público e dispostos a "matar deputados corruptos e soldados do exército", voltaram-se contra o poder. Este foi o auge de uma crise que se iniciou no final dos anos oitenta, a partir da derrocada do Pró-Álcool e da metamorfose de todas as condições econômicas e políticas nacionais e internacionais que haviam garantido ao Estado de Alagoas um crescimento econômico destacado no Nordeste.

BANCARROTA ECONÔMICA E CRISE DO ESTADO

Divaldo Suruagy (PMDB) foi eleito governador pela terceira vez numa ampla aliança de direita (PMDB/PFL/PSDB/PTB) que derrotou o grupo político liderado por Collor (PRN/PSC) - desgastado pelo *impeachment* e pela péssima administração do governo Bulhões. Seu governo representou tanto uma proposta de rearticulação para as combatidas classes dominantes do estado quanto a esperança dos bons salários e aparente desenvolvimento social das épocas áureas da ditadura militar. Sua queda - no momento da agudização da crise econômica dos estados, sobre os quais recai o esforço fundamental de ajuste das finanças públicas - significou a principal conquista do movimento popular alagoano, representou um avanço decisivo da esquerda e a redução da margem de manobra política das classes dominantes.

Na última década, com a queda relativa dos preços do petróleo, mais uma vez ficou demonstrada a histórica baixa produtividade do setor sucroalcooleiro; com subsídios mais reduzidos, o preço do álcool tornou-se muito mais alto que o da gasolina. A crise instalou-se novamente entre usineiros e fornecedores, que utilizaram seu poder político no Estado para obterem isenções ainda maiores, perdão de dívidas, reservas de mercados e subsídios junto aos

governos federal e estadual. É essa crise que determinou o vergonhoso "acordo dos usineiros" alagoanos com o governo do Estado. Em plena campanha presidencial, com receio da repercussão negativa que uma possível perda do apoio da burguesia local pudesse causar ao seu projeto político, Collor e sua bancada estadual aprovam esta verdadeira mãe de todas as maracutaias, cujo rombo causado às finanças públicas pode ser verificado numericamente na seguinte tabela:

Participação do setor sucroalcooleiro no ICMS arrecadado em Alagoas

ANO	%
1985	44,20
1986	34,69
1987	22,21
1988	15,61
1989	4,49

A rapinagem praticada simplesmente inviabilizou o funcionamento do aparelho estatal e, em alguns aspectos, até mesmo a sua existência. Os cortes nas folhas de pagamento (quase 70 mil funcionários com, no mínimo, 6 meses de atraso nos pagamentos), afetaram drasticamente o funcionamento das redes de educação e saúde, a segurança pública e todas as outras funções de responsabilidade do Estado. A classe dominante alagoana simplesmente destruiu seu principal instrumento de dominação, numa atitude suicida.

SUMIÇO DO DINHEIRO

No contexto da crise econômico-financeira em que Suruagy assumiu o governo, três medidas básicas foram tomadas para seu enfrentamento: empréstimos bancários, por antecipação de receita orçamentária; emissão e venda de títulos públicos; e, o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Embora tendo viabilizado expressivo volume de recursos, as duas primeiras medidas não conseguiram resolver os problemas de caixa do Estado nem tampouco promover o desenvolvimento econômico. Malgrado o sumiço de uma boa parte desses recursos nos corredores dos três poderes públicos, a principal causa da insuficiência dessas medidas foi o alto

patamar dos juros das operações, bem como os compromissos com as empreiteiras e outros setores empresariais.

No que se refere ao Programa de Demissão Voluntária, além do não pagamento das indenizações, três consequências negativas podem ser citadas: 1) desmantelamento de vários órgãos devido a falta de critérios das demissões; 2) o privilégio a grupos fisiológicos; e, 3) a ineficiência no tocante a diminuição da folha de pagamentos.

PAPEL DESTACADO DO PT

O PT participou de todo o processo de luta, no parlamento e nas mobilizações de massa desde a movimentação em torno da admissibilidade do *impeachment* de Suruagy devido ao escândalo dos precatórios em março. Teve uma atuação destacada através da ação da deputada Heloisa Helena, tanto no que se refere a ação parlamentar - participação nas CPI's, denúncia do acordo dos usineiros, tramitação do *impeachment* - quanto no tocante a consolidação do comando unificado dos servidores, às diversas mobilizações e, particularmente, a liderança da manifestação popular do dia 17 de julho.

Os outros partidos de esquerda incorporaram-se tardiamente ao movimento de massas. O PC do B participou durante mais de um ano do governo Suruagy, o que dificultou sua atuação no seio do movimento popular. O PSB, mesmo fortalecido pelas duas últimas vitórias eleitorais na capital, tem demonstrado incapacidade de disputar com o PT a hegemonia nos movimentos sociais organizados, o que o tem levado a restringir sua ação política no campo institucional e aos períodos de eleição. A agudização da luta política no dia 17 de julho encontrou o PT completamente integrado ao movimento de massas e o PSB totalmente à margem; este partido tentou, então, "correr atrás do prejuízo", inclusive com a ação tresloucada da prefeita Kátia Born (PSB) de, jogando-se contra as baionetas, incitar o povo à aventura que seria o confronto armado, atitude jamais aventada pelo PT diante do quadro de forças estabelecido.

A inédita unidade entre funcionários civis e policiais civis e militares neste movimento requer uma explicação mais detida. Sua causa última localiza-se na particular profundidade da crise vivida

pelos funcionários públicos. Tanto os civis como os militares, devido aos seguidos meses de atraso salarial, se encontravam em situação de total desespero, na qual a própria sobrevivência individual estava em risco. Em julho de 1996, devido ao atraso de quatro meses de salário, a Polícia Militar do estado já tinha feito seu primeiro aquartelamento (isto é, decidido ficar em seus quartéis e não sair para o policiamento nas ruas), do qual resultou o pagamento de uma folha salarial e o surgimento de lideranças nos estratos inferiores da tropa. A continuidade dos atrasos salariais e o progressivo desgaste do governo levaram à deflagração de uma nova greve no momento em que o movimento popular se mobilizava em torno do *impeachment* do governador, estas circunstâncias possibilitaram a aliança entre as polícias e os servidores civis liderados pelo PT.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

O governo saído desta crise é composto pelo mesmo grupo político que deu sustentação à gestão Suruagy, porém está contido num equilíbrio de forças muito mais instável, frente ao qual o movimento popular mantém-se coeso e predisposto a outros enfrentamentos. Além disso, o governo federal aprofunda a intervenção no Estado e exige do novo governo medidas drásticas para ajustar os gastos públicos, tais como o fim do "acordo dos usineiros", a implantação de mecanismos efetivos de controle orçamentário (o SIAFEM), a privatização das companhias de água e energia e terceirizações no serviço público.

O desenrolar dos acontecimentos parece indicar que o atual governo do Estado será pulverizado pela pressão combinada do movimento popular e do governo federal. A queda de Suruagy marcará a conjuntura política alagoana por um longo período e coloca, de imediato, o PT e o movimento popular frente a novos e importantes desafios. Antes de tudo, o PT terá que ter muita lucidez política tanto para dirigir o movimento popular no enfrentamento direto com o governo federal e suas diretrizes neoliberais quanto para a construção de um projeto para a sociedade alagoana baseado não na lógica perversa do capital mas na lógica generosa do trabalho.

ARAKEN ALVES E GOLBERY LESSA SÃO MILITANTES DO PT DE MACEIÓ.

A SEGURANÇA QUE QUEREMOS, NÃO TEMOS

O tema da segurança pública afeta diariamente a vida de milhões de brasileiros. Ele ganhou um destaque ainda maior com a mobilização de policiais de vinte estados do país por melhores salários.

Mas a segurança pública tem, normalmente, frequentado os jornais por outro motivo. A atuação arbitrária das Polícias Militares de diferentes estados foi uma constante nos últimos anos. Os massacres do Carandiru (SP), Corumbiara (RO), Eldorado dos Carajás (PA), São Mateus (SP), as chacinas de Vigário Geral e Candelária (RJ) e a truculenta ação contra populares em Diadema (SP) e Cidade de Deus (RJ) são exemplos conhecidos destas práticas.

Estas graves violações dos mais elementares direitos humanos acabaram por dar visibilidade social a um problema que há muito se perpetua: o braço armado do Estado é usado, antes de tudo, para reprimir os setores mais pobres da população.

REPRESSÃO CONTRA OS EXCLUÍDOS

Ação repressiva, desencadeada pelas elites contra os excluídos, apoia-se na estrutura organizacional vertical e autoritária das forças de segurança, produzida e reproduzida pela política do Estado. As ações policiais são social e economicamente delimitadas. Há uma nítida diferença entre a atuação nos bairros nobres ou de classe média alta e a realizada nos bairros populares, na periferia. No primeiro caso, a ação do Estado se faz presente em todas as instâncias, atendendo às diferentes necessidades sociais, o policiamento ostensivo é constante e, via de regra, age preventivamente; nas periferias, o Estado é omissivo no que diz respeito às necessidades sociais, o serviço de policiamento é incomum e normalmente atua repressivamente sobre a população.

Isso é legitimado pelos conteúdos doutrinários do processo de formação profissional dos policiais e legalizado por uma legislação rígida, autoritária, inconstitucional (em muitos aspectos) e hierárquica.

Há um hiato entre as perspectivas da população por um serviço de segurança que garanta sua cidadania e as arbitrariedades cometidas, que fazem com que, muitas vezes, populares tenham mais medo da polícia do que dos "bandidos". Isto não acontece por acaso. Mas, do ponto de vista da classe dominante, a polícia tem, bem ou mal, cumprido a sua função precípua: reprimir os movimentos sociais populares que reivindicam o acesso aos benefícios sociais e combater a criminalidade comum (do homem comum, do povo), principalmente aquela que viole o direito à propriedade privada - onde o potencial criminoso é estereotipado como o pobre, o negro, etc. Vigora, portanto, um modelo excludente e elitista de segurança pública que não consegue disfarçar seu propósito marcadamente político. É por isso que as propostas para a segurança pública dos partidos de centro e de direita não mexem na estrutura policial.

Não basta, para tratar os problemas da violência e da criminalidade, aumentar os efetivos policiais. O crescimento generalizado da violência está relacionado, por um lado, à exclusão social e econômica da população e, por outro lado, à impunidade que cerca os agentes do Estado e as elites. A concepção conservadora, repressiva, de segu-



rança, não atinge as causas da violência, mas as consequências.

UMA PROPOSTA DEMOCRÁTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Enquanto não conseguimos uma mudança estrutural na ordem vigente, devemos lutar por inverter as prioridades, melhorando a qualidade dos serviços sociais. Na Segurança Pública, a qualificação dos serviços parte de uma concepção de sociedade diferente. Os que querem tornar o Estado efetivamente democrático, defendem profundas mudanças nas diferentes instituições, inclusive no aparelho policial, que interfere profundamente na vida da comunidade.

A segurança pública começa a merecer mais atenção por parte do PT. Uma proposta alternativa para a segurança pública no País começa a ser elaborada a partir da discussão crítica e aprofundada dos modelos propostos por diferentes categorias - Cobrapol (DF); Força Policial (RS); OAB (SP); Servipol (RS) - além das propostas elaboradas pelos companheiros petistas Hélio Bicudo, Elói Pietá e Tenente Paz. Comum a todas elas está a desmilitarização dos serviços de segurança.

Temos a incumbência de construir uma proposta democrática para a Segurança Pública. O ponto de partida para isso é a alteração do artigo 144 da Constituição Federal, transferindo para os Estados membros a responsabilidade de legislar sobre as polícias estaduais.

Dessa forma, poderemos começar a equacionar, a nível regional, os principais problemas através de: 1) uma polícia única; 2) desmilitarizada (com um segmento ostensivo uniformizado); 3) sem qualquer vínculo com o Exército; 4) com planos de carreira e remuneração digna; 5) com direito a sindicalização e organização profissional; 6) com um novo programa de capacitação profissional - através de uma completa modificação nos currículos dos cursos de formação (onde se dê ênfase na disciplina de Direitos Humanos); 7) com o reaparelhamento da polícia; 8) com a criação de mecanismos que privilegiem o controle público so-

bre o Estado, através de Conselhos Comunitários de Segurança (onde a sociedade intervém no planejamento das ações policiais), bem como por meio de uma ação mais ampla e ativa do Ministério Público em suas tarefas de investigação e denúncia.

Não podemos, na construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialista, ser condescendentes com as estruturas autoritárias inerentes ao Estado Capitalista. A segurança que queremos é um instrumento para o pleno exercício da cidadania. Para tal, ela tem de ser efetivamente pública, comprometida com o respeito a vida e a dignidade humana.

A CRISE DAS PMS E A INSTABILIDADE POLÍTICA

O elemento novo, peculiar e inédito, na atual crise, são as manifestações públicas de insatisfação surgidas nos segmentos subalternos das Polícias Militares brasileiras. Para sua eclosão contribuíram o crescente grau de empobrecimento e miserabilidade dos praças e as grandes disparidades salariais entre a cúpula e a base policial militar, onde em alguns casos o soldo de um coronel chega a aproximadamente cinquenta vezes o de um soldado!

Os movimentos reivindicatórios nas PMS brasileiras ocorreram como um "efeito dominó" a partir da paralisação da PM mineira. O descontentamento há muito estava latente, só esperando o momento propício para se manifestar.

As manifestações dos mineiros ofereceram, pela primeira vez, o exemplo vivo do que os PMS podem realizar, do poder de pressão que possuem e da instabilidade política que causam. Até então, amordaçados pelo controle ideológico imposto pelos regulamentos, não conheciam (ou menosprezavam) a força que possuem. Por outro lado, os governos (federal e estaduais) não contavam que as forças mantenedoras da ordem burguesa, com quem sempre puderam contar, se voltassem tão incisivamente contra o achatamento salarial.

A crise é de tal monta que uma tendência histórica foi quebrada: os esca-

A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA ATENDE AOS OBJETIVOS DA BURGUESIA DE REPRIMIR AS MOBILIZAÇÕES E PROTEGER A PROPRIEDADE

COLETIVO DO DEP. JOSÉ GOMES

lões inferiores das PMS, igualmente vítimas do processo de exclusão, romperam os limites legais, assumindo - ao menos por um momento - sua condição de parte da classe explorada.

CONTRADIÇÕES DA RESPOSTA DOS GOVERNOS

Os governos responderam a estes acontecimentos assumindo o discurso de uma legalidade que quase sempre ignoram, exigindo dos policiais o cumprimento da legislação constitucional, que suprime a organização política nas instituições militares. Este discurso oficial dá um tratamento secundário à penúria salarial e à crise institucional. As medidas até agora aventadas servem, quando muito, de paliativo tanto para um como para outro aspecto.

Em alguns estados os governos não cumprem nem mesmo a defasada política de reajustes que eles mesmos propuseram no início dos seus mandatos. Partilham com a cúpula das PMS a idéia de preservar os serviços de Segurança Pública militarizados, argumentando que "só a hierarquia e a disciplina, pilares da instituição policial militar, podem resolver os problemas identificados".

Mas é falso que a hierarquia e a disciplina são prerrogativas militares; todas as instituições - inclusive as democráticas - estão assentadas nesse binômio. Interpreta-se de forma antidemocrática o que são hierarquia e disciplina: a primeira, que formalmente está vinculada à idéia de autoridade é, na prática, sinônimo de autoritarismo; a segunda, que supõe a observância de regras ou normas impessoais, é confundida com submissão. O bom PM é aquele submisso à autoridade, que não questiona as posturas autoritárias que permeiam suas relações sociais e profissionais.

Essa concepção despótica, que legitima a política de repressão, não será capaz de, por si mesma, conter os ímpetos reivindicativos nas instituições militares. Contra as "reformas" das classes dominantes, uma política democrática e popular deve partir da superação do atual achatamento salarial e do início da desmilitarização das instituições policiais.

JOSÉ GOMES É DEPUTADO ESTADUAL PELO PT/RS, CABO DA BRIGADA MILITAR DO RS E ATUAL VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO.

O GOVERNO QUER TRANSFORMAR UM SISTEMA QUE VALE R\$ 27 BILHÕES EM QUATRO OU CINCO EMPRESINHAS DE SEGUNDA LINHA

WALTER PINHEIRO

A nova Lei das Telecomunicações abre o caminho para a substituição de um monopólio estatal de caráter público por quatro ou cinco monopólios privados: um, nas comunicações inter-regionais a longa distância; outros três ou quatro, nas comunicações locais e estaduais.

Cava a sepultura do Centro de Pesquisas da Telebrás, enterrando junto uma indústria de telecomunicações de R\$ 10 bilhões, única na América Latina, que produz telefones residenciais e públicos, centrais de comutação, cabos óticos e muito mais, graças, em boa parte, à tecnologia desenvolvida no local. E, pior, a nova lei não assegura a universalização da telefonia e das telecomunicações em geral, apesar das enganosas promessas em contrário.

Por que não assegura a universalização? Porque não a torna obrigatória. Se o deputado Goldman, relator do projeto, conhecesse as legislações dos EUA, França, Alemanha e outros países, e tivesse lido com atenção várias

LIQUIDANDO A TELEBRÁS



emendas a ele sugeridas até por deputados do seu partido e do PSDB, para não falar das do PT e do PC do B, saberia que é obrigação do governo (ou do Estado) identificar as áreas, regiões, serviços públicos ou grupos sociais que estão mal atendidos e obrigar - a expressão e esta mesmo: obrigar - uma operadora a atendê-los.

A lei redigida para o Brasil por consultores estrangeiros e copidescada pelo deputado Goldman é, ao contrário, completamente vaga quanto às obrigações de universalização. O concessionário de um "serviço em regime público" está obrigado a buscar a univer-

salização, conforme "metas" a serem definidas num "plano de outorgas" que o Poder Executivo (e só ele) ainda vai elaborar.

CONTRIBUINTE PAGA A CONTA

Pior do que essa ausência de "serviços mandatários" é a fórmula encontrada pelo governo para financiar os supostos déficits das operadoras (a serem privatizadas) nas "obrigações de universalização". Está lá no artigo 81 da lei, para qualquer prefeito ou vereador ler: os déficits das operadoras (a serem

privatizadas) serão cobertos pelos orçamentos da União, Estados e municípios.

Em todo o mundo, esse dinheiro sai de um fundo formado exclusivamente com parte dos lucros das próprias operadoras. No Brasil social-democrata de FHC/Motta, não: o dinheiro para levar telefone aonde falta telefone sairá do Tesouro, logo, do contribuinte.

Em termos muito concretos, o município pobre que hoje tem Telebrás (pois "onde tem Brasil, tem Telebrás"), se quiser continuar contando com os serviços, terá que pagar aos grandes grupos estrangeiros, tirando das já ralas verbas para educação e saúde recursos para telecomunicações.

A lei não diz, mas todo mundo sabe que a "reestruturação e privatização" do Sistema Telebrás, por ela "autorizada", significará o fatiamento do maior grupo empresarial brasileiro em quatro ou cinco empresinhas de segunda linha, para posterior venda a monopólios estrangeiros.

Quisesse o governo e seus financiadores externos, de fato, a competição, em vez de privatizar a Embratel abriria licitações para outorgar serviços que concorressem com ela. Com isso, o governo amealharia os mesmos US\$ 10 bilhões que pensa ganhar vendendo a Embratel e asseguraria, de fato a introdução da concorrência no Brasil.

OPERAÇÃO DESMANCHE

O sistema Telebrás é um dos 20 maiores grupos empresariais em telecomunicações do mundo e o maior de toda a América Latina. Seu tamanho é equiparável ao de gigantes mundiais como a Telefónica, da Espanha, a Itália Telecom e a Bell South. Seu patrimônio líquido é de R\$ 27,6 bilhões, contra R\$ 11,3 bilhões da Vale do Rio Doce, cuja recente privatização tanta celeuma causou. Suas vendas, em 1996, foram de R\$ 18 bilhões, contra R\$ 4,8 bilhões da Vale (e tanto se discutiu a Vale). Seu lucro líquido foi de R\$ 3,2 bilhões. Por pouco poderia comprar a própria Vale...

Pois o Brasil de FHC/Motta não pretende apenas privatizar a Telebrás. Quer desmanchá-la.

A França, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra, os EUA, o Japão e todos os países sérios fortalecem suas grandes operadoras de telecomunicações para enfrentar esse mundo globalmente competitivo e as põem na luta pelo controle das redes mundiais.

O Brasil, que, graças à Telebrás, poderia falar grossíssimo aqui na América Latina (e, sem ufanismo, teria cacife para negociar ótimas alianças e parcerias no resto do mundo), vai simplesmente destruir sua empresa e vender seus pedaços exatamente àqueles gigantes mundiais.

Isso é voltar 30 anos na nossa história. Aos tempos em que as nossas telecomunicações eram controladas pela Western e ITT.



A UNE NUM MOMENTO DELICADO

O 45º Congresso da UNE, realizado em julho em Belo Horizonte, refletiu o quadro de desgoverno político e burocratização acentuada por que passa a entidade. Sem acordos políticos que permitam sequer um plano de lutas unitário, as principais correntes do movimento estudantil saíram bastante divididas e com dúvidas sobre o futuro da UNE.

Na fase de preparação do congresso, constituíram-se acordos importantes num amplo setor da esquerda do movimento estudantil (que engloba a quase totalidade da esquerda petista e o PSTU) sobre a necessidade de se construir um projeto de direção nacional para o movimento estudantil. Sem questionar a legitimidade da UNE, ele não deveria se prender à dinâmica da entidade. Partia da avaliação de que a entidade - nos últimos anos e, especialmente, na última gestão - abandonou a iniciativa política, recolheu-se ao imobilismo e ao institucionalismo, convertendo-se, em muitos momentos, num obstáculo às próprias iniciativas de mobilização estudantil.

Este quadro de burocratização da UNE é uma opção consciente do PC do B no sentido de assegurar o controle da entidade à longo prazo, diante da nítida perda, por parte daquela força, de influência no movimento real (hoje, a quase totalidade dos DCEs mais importantes do país se encontra sob direção da esquerda do ME). Considerando a importância da existência de uma única entidade nacional, sem divisões, avaliávamos, contudo, que o excessivo controle mantido pelo PC do B sobre a UNE, somado à sua linha imobilista, obrigava-nos a tomar iniciativas para enfrentar a violenta ofensiva empreendida pelo governo para iniciar a privatização da rede pública de ensino superior.

Por outro lado, a unidade petista, tradicionalmente frágil, se viu profundamente abalada pela aproximação da Articulação-Unidade na Luta com o PC do B, devido a acordos programáticos (como a proposta de frente de centro-esquerda para as eleições de 98) e de ocasião.

CONGRESSO APROFUNDA CRISE

O Congresso em si aprofundou a crise da entidade e as dificuldades do movimento estudantil. O PC do B fez aprovar uma proposta que não havia sido tornada pública antes do Congresso - que reduzia a quantidade de delegados para o próximo CONUNE em 80%, através da realização de congressos estaduais, que "filtrariam" as delegações eleitas na base. A aprovação desta proposta, por uma margem de 100 votos num total de 2 mil e 200 delegados, provocou a saída do plenário da quase totalidade do PT. 80% dos delegados petistas ao Congresso se alinhavam com a es-

querda - fundamentalmente em torno da tese "Não Vou me Adaptar", que reunia a Articulação de Esquerda, a DS, a Força Socialista, a TM, o Fórum Socialista e grupos regionais e independentes. A Articulação-Unidade na Luta, bastante fragilizada, contando com cerca de 100 delegados, compôs chapa com o PC do B para garantir a sua presença na Executiva da UNE. Na prática, esta força não tem mais nenhuma importância real no movimento.

Diante da recusa do PC do B em aprovar uma resolução que tornasse indicativa a proposta do "filtro", devendo ser submetida a um novo fórum de base do movimento, o campo "Não Vou me Adaptar" decidiu se retirar do Congresso e da diretoria da UNE. O mesmo fez a CST.

Reconhecendo a diretoria da UNE, decidimos, contudo, fazer oposição sem dela tomar parte, por entendermos que o ataque empreendido pelo PC do B à democracia do movimento constitui uma mudança qualitativa na relação entre as forças que a compõem e no funcionamento da entidade. Não queremos legitimar, do ponto de vista estritamente político, o projeto do PC do B para a UNE. Acreditamos, contudo, que a pressão conjunta de todos os setores da esquerda do Movimento pode possibilitar uma mudança de rumos no movimento estudantil, e mesmo um recuo do PC do B, com relação aos congressos estaduais. Sustentamos ainda na necessidade imperiosa de constituir um movimento de resistência à política do governo, que não pode esperar pela iniciativa da UNE. Os DCEs das universidades públicas e as executivas de curso devem assumir esta tarefa.

DARLAN MONTENEGRO, LISIANE POSSA E ADOLFO WAGNER

Hoje, nesta cidade de Porto Alegre, o Fórum de São Paulo rende uma merecida homenagem ao Comandante Ernesto Che Guevara, revolucionário íntegro e consciente, que ingressou na história como símbolo de rebeldia e consagração aos mais puros interesses da humanidade.

Por uma coincidência histórica, no trigésimo aniversário da morte em combate do Che, seus restos foram finalmente localizados e já se encontram em Cuba, pedaço da terra latino-americana e caribenha, indivisível e solidária, pela qual consagrou sua extraordinária vida.

Hoje, trinta anos depois de sua desapareição física, a imagem do Che continua destruindo mitos e reafirmando vontades. Vivemos uma época em que os poderosos pretendem fragilizar os princípios da soberania nacional, independência e autodeterminação. Vivemos em uma época em que avança a fragmentação, a dispersão, a descrença e o individualismo. Vivemos em uma época de erosão dos valores éticos e humanistas. Vivemos em uma época em que se pretende apresentar como obsoletas ou irrealizáveis as idéias da revolução e do socialismo.

Por que a imagem do Che permanece imaculada e ergue-se invicta, por sobre todas as calúnias de seus detratores? Precisamente porque simboliza os valores, os princípios, a dedicação e a entrega que a humanidade reclama para encarar os graves problemas com que se inicia o Terceiro Milênio e avançar pelo caminho do desenvolvimento sustentável e equitativo para todos os povos e seres humanos.

Caberia perguntar se o que está em vigência é apenas a imagem do Che ou também suas idéias. Estamos convencidos de que, trinta anos depois de sua desapareição física, os fatos confirmam a força de seu pensamento. Che se caracterizou por seu profundo sentimento anti imperialista. Hoje, mais do que nunca, o imperialismo revela sua natureza. Sua doutrina imperante, o neoliberalismo, exibe com uma cruzeza pouco usual as contradições insolúveis do capitalismo, sistema que se apresenta como todo-poderoso e triunfante, mas que atravessa uma profunda crise estrutural e pretende sacrificar a espécie humana para preservar a opulência de elites parasitárias. Hoje se agiganta a brecha entre ricos e pobres, quer sejam nações ou seres humanos. Cada dia torna-se mais evidente que a única coisa que o imperialismo pode oferecer são receitas neoliberais que ampliam a exploração dos trabalhadores, aumentam o desemprego e aprofundam a polarização social(...)

Che viveu e morreu convencido de que a humanidade necessitava transitar par um sistema social superior ao capitalismo, como único caminho para evitar sua destruição e avançar para o desenvolvimento equiparado e sustentável. A margem das considerações sobre as causas e as origens da crise da União Soviética e outras experiências de inspiração socialista na Europa, estes processos provocaram o descrédito e o refluxo das idéias do socialismo. Todavia, o fracasso de tais experiências não nega as contradições insolúveis do sistema capitalista e a necessidade de superá-lo. Che era, antes de tudo, um revolucionário humanista e ético. Os valores do ser humano e os interesses sociais fo-



HOMENAGEM A CHE GUEVARA

ram sempre a referência fundamental de sua concepção sobre a revolução e o socialismo, valores que defendeu até suas últimas consequências, ao preço de sua própria vida. É por isso que a derrocada das experiências de socialismo que não foram capazes de respeitar os valores humanos e os interesses sociais mais elevados - criticadas de forma oportuna e certa por Che -, não é, de maneira alguma, a derrocada do paradigma socialista defendido por ele, mas a confirmação de que o seu é o único e verdadeiro socialismo real(...)

Aqueles que caricaturam o pensamento do Che pretendem contrapor suas idéias ao aproveitamento das possibilidades que oferecem as lutas políticas institucionais na região. Che, pelo contrário, afirmava que se deveriam

utilizar e esgotar todas as possibilidades da luta política institucional. Ele nunca deixou de reiterar que a violência revolucionária só tinha sentido e possibilidade quando tivessem se encerrado todos os resquícios para a atividade legal das forças populares; mas, da mesma maneira, também advertia sobre a importância de não se criarem ilusões e de que as forças populares estivessem unidas e preparadas para enfrentar a violência da reação. Essas idéias mantêm hoje plena vigência.

O neoliberalismo não é uma variante do "capitalismo selvagem", frente ao qual se pode construir uma alternativa de "capitalismo com rosto humano". A luta genuína e consequente contra o neoliberalismo conduz a desafiar o sistema capitalista, o que torna inevitável

DISCURSO NA HOMENAGEM REALIZADA PELO FÓRUM DE SÃO PAULO POR OCASIÃO DO XXX ANIVERSÁRIO DA MORTE EM COMBATE DO COMANDANTE ERNESTO CHE GUEVARA

JOSÉ RAMON BALAGUER CABRERA

enfrentar a violência reacionária do grande capital. É por isso que somente um projeto firmemente baseado no poder do povo tem capacidade de executar este programa e enfrentar com êxito a reação do sistema.

Para Che, o patamar supremo de um revolucionário era ser internacionalista. Em um mundo que amplia a níveis sem precedentes a concentração do poder econômico, político e militar, a necessidade de construir um internacionalismo dos oprimidos e excluídos torna-se um elemento-chave das lutas pela libertação.

É da maior importância destacar neste Fórum de partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha, que os valores éticos, políticos e ideológicos de Che constituem uma permanente fonte de inspiração e de fé na vitória de nossos povos.

Che, tanto argentino como cubano, e tanto argentino e cubano como cidadão de todos os países da América Latina e do chamado Terceiro Mundo, é e continuará sendo um símbolo e um paradigma dos oprimidos e dos excluídos da humanidade.

JOSÉ RAMON BALAGUER CABRERA É MÉDICO E CHEFIOU A DELEGAÇÃO CUBANA À REUNIÃO DO FÓRUM DE SÃO PAULO EM PORTO ALEGRE

O ROMPIMENTO DE VITOR BUAIZ COM O PT



Os comentaristas dos grandes veículos de comunicação nacional deram destaque, na primeira quinzena de agosto, à saída do governador do Espírito Santo Vitor Buaz, do PT. Em grande medida, reproduziram declarações de dirigentes nacionais do PT, que se aproveitaram da entrega formal da carta de saída, no dia 11 de agosto, para atacar os "radicais" do PT capixaba que ousaram disputar e, suprema heresia, ganhar a direção estadual.

Mas é importante lembrar que no dia 11 de agosto Vitor Buaz apenas desenvolveu mais um lance de marketing político, ao entregar a José Dirceu, a carta em que comunicava sua saída.

O rompimento com o PT aconteceu

há mais tempo. Já no dia 3 de maio, o Diretório Nacional do PT aprovou, por 40 votos contra 20, uma resolução que deixava claro que as políticas de Vitor Buaz estavam em total dessintonia com o PT. Não custa lembrar que votaram nesta resolução os integrantes das tendências Unidade e Luta e Democracia Radical. A esquerda petista propunha que se considerasse Vitor Buaz fora do PT. A resolução do Diretório Nacional exigia que o governo do Espírito Santo alterasse suas políticas, reencontrando-se com as bases democráticas e populares. Também cobrava de Vitor Buaz uma postura de enfrentamento com o governo FHC e de oposição às suas políticas.

Três meses após a reunião do DN, nenhuma das orientações foi implementada. Pelo contrário, o governo do Espírito Santo anunciou a demissão de mais de 5 mil servidores públicos, num universo de 70 mil. Articulou com os empresários que se beneficiam do imoral e vergonhoso incentivo fiscal do Fundap (veja matéria na página 3 desta edição) uma milionária campanha publicitária mostrando as "vantagens" da guerra fiscal.

NÃO AMORDAÇAMOS OS TRABALHADORES

A saída do governador do Espírito Santo demonstra o conflito insuperável entre os princípios, os objetivos e o programa do PT e as políticas levadas adiante pelo governador e seu núcleo de governo. Enfrentar a crise do Estado sim, mas com qual perspectiva? A favor de quem, aliado a quem e contra quem? Perguntas que o

governador deu respostas contrárias ao programa e à base social que o elegeu.

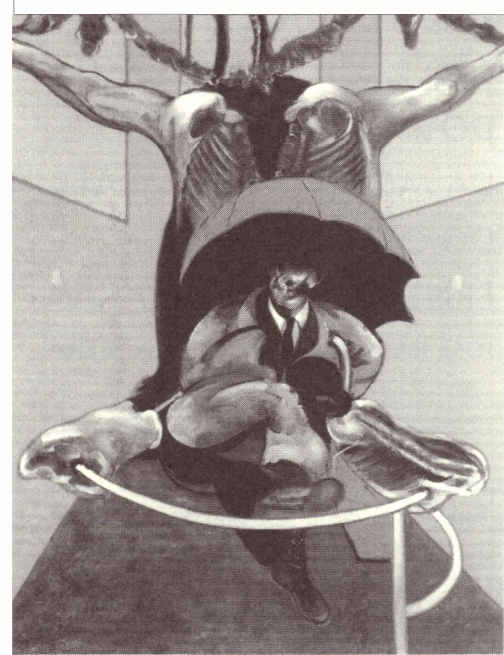
A carta de Buaz é sectária com o PT, seus parlamentares e os movimentos sociais no Espírito Santo. Não criamos um partido para amordaçar os trabalhadores ameaçados em seus direitos. Um grande problema do governador foi sua incapacidade de dialogar com o partido. A bancada estadual faz oposição igual a todas as bancadas do PT que se opõem às políticas que FHC quer impor aos estados. Quem está na contramão não é a bancada e nem o partido. Mas Buaz pede, na sua carta, que o PT mude seu programa, tornando-o parecido com o que o governador já implementa no Espírito Santo.

Se fica fácil constatar que o rompimento de Vitor Buaz com o PT se deu há mais tempo e que o que tivemos em 11 de agosto foi apenas um ato formal, difícil é analisar a dimensão da derrota sofrida pelo PT no Espírito Santo. Ao longo de 17 anos o PT Capixaba conquistou apoio entre jovens, trabalhadores urbanos e rurais e uma parcela considerável dos excluídos. Passados mais de dois anos e meio de governo existe uma enorme frustração.

É nessa conjuntura que temos que recomeçar. Reconstruindo a utopia dos que se dedicam à luta pela emancipação da humanidade de toda sorte de opressão e exploração. Vai ser difícil, mas a nova direção do PT capixaba tem se desdobrado para dar conta das imensas tarefas que tem pela frente. O que nos alimenta e nos dá garra é a necessidade de transformar a realidade.

OTAVIANO DE CARVALHO

QUANDO AS LEIS SÃO FEITAS POR QUEM ASSINA OS CHEQUES



SERGE HALIMI

Um cardeal italo-francês do século XVII e um despota do Zaire do século XX; um primeiro-ministro russo e outro libanês; um presidente da Indonésia e outro da Argentina. Se é verdade que séculos, continentes e regimes se sobrepõem, os nomes de Mazarini e Mobutu, de Tchernomyrdin e Hariri, e das famílias Suharto e Menem evocam, todos eles, a velhíssima história da relação nupcial entre o poder e o dinheiro, entre o enriquecimento suspeito e a pilhagem sistêmica.

No mundo atual, entretanto, parece a evolução de novas formas de venalidade pública: a globalização da prevaricação, o progressivo estreitamento do espaço político entre os partidos, a escalada vertiginosa dos assessores de comunicação e a apatia do eleitor. Em todos e cada um desses domínios, o caso dos Estados Unidos é exemplar. Não porque os "desvios" com relação a uma norma democrática sejam necessariamente mais denunciados nesse do que em outros países. E também não apenas porque, em matéria de governo do povo pelo povo, os Estados Unidos manifestem sempre uma avaliação um tanto imodesta de seu papel de líder: "A América é a nação indispensável do mundo", explicava recentemente o presidente William Clinton (20/01/970).

VOTO DE CABRESTO

Não, trata-se de um exemplo sobretudo pedagógico. Após o escândalo de Watergate, a legislação norte-americana estabeleceu tetos para as contribuições e despesas de campanhas eleitorais ao mesmo tempo em que as tornava transparentes ("sunshine laws"). A partir de 1974, devido à obrigatoriedade da transparência, esses tetos dispararam alegremente rumo às nuvens. Ocorre que a coincidência entre uma desregulamentação quase absoluta na área de financiamentos e despesas eleitorais, por um lado, e o volume caudaloso e excessivo de informações referentes à origem

e destino das quantias pagas, por outro, permite compreender, quase sem esforço, o que o dinheiro compra. E como o sistema funciona.

"A economia global é um mecanismo muito caro e muito delicado que exige a participação de investidores no lugar dos cidadãos". Esta regra, que Lewis Papham resume de modo irônico, é exposta à luz do dia com as revelações sobre o financiamento das eleições norte-americanas de 1966: em troca de presentes financeiros, um estelionatário libanês, um traficante de armas chinês, um mafioso russo e um traficante de drogas da Flórida não foram recebidos na Casa Branca pelo presidente da "nação indispensável do mundo?"

Foi o *New York Times* que racionalizou esta nova equação: "A economia norte-americana tornou-se cada vez mais internacional e as empresas estrangeiras demonstraram um interesse cada vez maior pelo sistema político deste país (...). Tudo isso acaba tornando nebulosos os limites entre política interna e comércio externo. Talvez esta seja uma tendência inevitável. A partir de agora, os eleitores do presidente norte-americano serão globais". Sai o debate cívico, entra a lei do comércio: aparentemente, a globalização dissolve a representação democrática com uma eficiência superior à do decreto de um tirano.

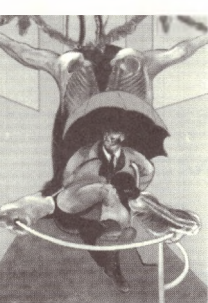
Pois, justamente agora quando seus efeitos passam a ser aceitos como "tendências inevitáveis" e "limites nebulosos", a política norte-americana parece correr o risco de ressuscitar o voto de cabresto. A menos que a lei imponha um basta às despesas dos candidatos e proíba toda e qualquer publicidade eleitoral e a menos que os eleitos requeiem seus caríssimos assessores de imprensa à posição subalterna de onde nunca deveriam ter saído. Uma comparação entre países democráticos pode ser esclarecedora: enquanto Alemanha, Itália e França garantem o financiamento público aos partidos políticos e determinam um limite rigoroso para as despesas com a campanha eleitoral, o contribuinte norte-americano financia exclusivamente a eleição presidencial. E, na prática, o teto para as despesas deixa de existir.

Resultado: na Europa, a eleição de um deputado "custa" cerca de 50 mil dólares. Nos Estados Unidos, um mandato na Câmara custa dez vezes isso, e um senador custa ainda dez vezes mais. No total, as eleições norte-americanas de 1996 (presidencial, legislativas e locais) custaram cerca de quatro bilhões de dólares; o pleito presidencial abocanhava, por si só, 800 milhões de dólares, ou seja, o dobro dos gastos de 1992 (que, por sua vez, já representavam o dobro das despesas com a eleição de 1988...); em 1996, 28 dos 100 senadores dispunham de uma fortuna pessoal superior a um milhão de dólares e em dois Estados (o de Massachusetts e o de Oregon) concorriam à eleição dois milionários, um pelo Partido Democrata e o outro pelo Partido Republicano. Nada disso, porém, impediu o então presidente do Partido Democrata, Christopher Dodd, de enfatizar a evidência: "Quer você seja Bill Gates, o homem mais rico da América, ou um mero desempregado, o seu voto tem o mesmo valor".

E quantas coincidências desagradáveis... Os 61 senadores que votaram favoravelmente à manutenção dos subsídios à indústria açucareira receberam do lobby dos usineiros uma média de 13.473 dólares cada um; os que votaram contra não passaram de 1.461 dólares por eleito. Cada um dos 276 representantes (o equivalente a deputados, nos Estados Unidos) que votaram favoravelmente à modificação das normas de segurança no processo de transporte de petróleo e gás por dutos — recebeu 5.700 dólares do lobby interessado; os que se opuseram à medida somente 1.200 dólares. Com o objetivo de diminuir o consumo de gasolina, existia uma lei federal que limitava a velocidade. Uma lei que não agradava ao lobby do automóvel nem ao lobby do petróleo: o Congresso revogou-a.

Alfonse D'Amato, do Partido Republicano e presidente da comissão bancária do Senado, recebe bastante dinheiro de Wall Street. Robert Rubin, ministro das Finanças, é originário de Wall Street; no ano passado, o tesoureiro da campanha de Clinton qualificou-o de "maior coletor de fundos eleitorais do planeta". Fumo, cassinos, armas de fogo, o complexo militar-industrial, ou médico-hospitalar, etanol, Hollywood, telecomunicações, bananas produzidas na América Central por Carl Lindner: os exemplos de excelentes "investimentos" políticos são tão numerosos que o seu inventário já se tornou um gênero literário. Um senador do Partido Democrata resumiu as regras do jogo da seguinte forma: "Quem assina os cheques é quem redige as leis".

TESOURO DA GUERRA ELEITORAL



Hoje em dia ninguém ignora que a equação — também aplicável a questões colocadas por certos parlamentares britânicos — não se limita à área da Casa Branca... No dia 7 de outubro de 1996, o presidente Clinton confessava: "Durante muito tempo eu me perguntei por que razão o Partido Democrata não deveria receber, tanto ou mais que o outro partido, o apoio do empresário". Se esta é ou já deixou de ser a questão, o fato é que ninguém tem o direito de imputá-la à pusilanidade de Clinton e Gore. Para acumular um tesouro de guerra eleitoral, e atuando de forma ainda mais acintosa que seus antecessores, eles cobraram uma taxa por sua permanência nas respectivas residências oficiais. E por uma boa parte de suas atividades, incluindo particulares.

Por uma contribuição que variou entre três e cinco dígitos, qualquer cidadão teve o direito de assistir, ao vivo ou por meio de um telão (de acordo com o montante do seu donativo) à cerimônia do quinquagésimo aniversário do exercício da presidência dos Estados Unidos. Receita: 10 milhões de dólares. Acima de quatro dígitos, conquistava-se o direito a um tira-gosto ("coffee") na Casa Branca. Receita: 27 milhões de dólares. Um piso de cinco dígitos garantia



acesso ao "quarto de Lincoln". Receita: 10 milhões de dólares. E a lista de honrarias leiloadas continuava: visita a embaixadas de alto prestígio, convite para estar presente à gravação de uma mensagem oficial do presidente, presença no palanque da convenção do Partido Democrata no momento em que todas as redes de televisão transmitem o evento (cinco milhões e meio de dólares!). Clinton defendia: "É fundamental que o presidente tenha contato com o povo". E o vice-presidente, Albert Gore — cujos pedidos por telefone chegaram a se assemelhar a extorsão —, conseguiu, nessas atividades, provar que seus interesses não se limitavam à Internet e ao estado da camada de ozônio.

Nem os pobres foram esquecidos. Uma das tribos indígenas mais deserdadas do país, a dos Cheienas Arapao, contribuiu com 107 mil dólares para um grupo de lobistas próximos ao vice-presidente Gore que lhes prometia obter a restituição de uma área ocupada pelo governo federal. Até agora, continuam esperando. Porém, para conseguirem juntar os 107 mil dólares, os índios Arapao tiveram que apelar para um fundo de solidariedade que tinha sido criado com o objetivo de ajudar os mais pobres da tribo (cuja taxa de desemprego é de 80%) a pagarem o aquecimento ou o hospital. Os caciques também se encontraram com Clinton e Gore. Por ocasião de uma recepção destinada aos grandes doadores...

"A razão que nos impediu de retomar o controle da Câmara de Representantes se deve ao fato de os republicanos terem conseguido coletar 150 milhões de dólares a mais que os democratas...". Foi a conclusão do presidente dos Estados Unidos. Esta análise enfatiza a transferência

de poder do cidadão, que se despreza, para o investidor, que se corteja. Apenas 0,3% da população contribui com 200 dólares ou mais para uma candidatura ou um partido, porém isso acarreta o domínio do financiamento da vida política norte-americana, o que contribui para negociações na área pública.

A VENALIDADE DOS CARGOS



Para explicar a confluência do sistema bipartidário na direção de um "centro venal", uma velha raposa do Partido Republicano diz o seguinte: "Muito provavelmente, o Congresso aprovará — e o presidente sancionará — novas reduções de impostos e de créditos públicos, assim como medidas de liberalização comercial e de desregulamentação. A influência do dinheiro afasta a dos eleitores". E o escritor Gary Wills acrescenta: "Nós temos que optar entre um partido que negligencia os pobres e outro que os assalta, entre um partido que representa os ricos e outro que os venera. Um assina um pacto com o diabo, o outro oferece o contrato". Na Inglaterra, onde alterna afagos na direção de Rupert Murdoch e da City e faz cara feia e mostra firmeza para com sindicatos e pobres, não estaria Anthony Blair demonstrando a globalização do modelo norte-americano?

É inegável que uma das práticas desse modelo se disseminou bastante: a de transformar em dinheiro, no privado, as agendas de endereços e o prestígio de um antigo emprego público. Observe-se a indulgência com que a coisa é feita.

Após deixar o Senado e a presidência da Sub-comissão encarregada de avaliar a concessão de alvarás de funcionamento para laboratórios farmacêuticos e registros de patentes, Dennis DeConcini trabalha agora... para dois grandes laboratórios farmacêuticos e para o lobby da indústria cinematográfica. Sete ex-secretários de Estado, quatro deles republicanos (Kissinger, Haig, Shultz e Eagleburger) e três democratas (Christopher, Vance e Muskie) fazem lobby para a China, privatizando dessa forma o seu conhecimento político e os seus contatos na área da mídia.

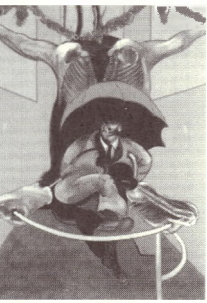
E na França, quando a ex-secretária adjunta do gabinete presidencial, no palácio de Elysée, Anne Lauvergeon, se torna de repente vice-presidente do grupo Lazard Frères, depois membro da diretoria do grupo Pechiney, para depois, enfim, se tornar diretora-geral adjunta do grupo Alcatel Telecom (equivalente à Telebrás), não existiria também a imagem da venalidade dos cargos de um regime corrupto? E o que dizer de Jean-Charles Naouri, ex-chefe de gabinete de Pierre Bérégovoy, ministro das Finanças, que se tornou vice-presidente do Banco Rothschild, cargo igualmente ocupado por Nicolas Bazire, ex-chefe de gabinete do primeiro-ministro Edouard Balladur? E, como na França, também nos Estados Unidos não dá para confiar naqueles jornalistas (Larry King, Bryant Gumble, Jean-Marie Cavada, Arlette Chabot, Christine Ockrent etc.) que abrem generosos espaços para falar das lucrativas reconversões de ex-responsáveis pelo erário público.

Quando os partidos se assemelham, militantes e eleitores ficam mais raros e as campanhas vulgares e mais caras. No

período do outono de 1996, Dole e Clinton chegaram a gastar 1,5 milhão de dólares por dia cada um. Num livro de uma imoralidade quase barroca, Richard ("Dick") Morris, principal responsável pela estratégia de moderação da campanha eleitoral de Clinton, chega mesmo a revelar que, não satisfeito em comercializar a Casa Branca, o presidente dos Estados Unidos também desempenhou as funções de "chefe de operações da campanha pela televisão. Ele fazia a revisão de cada script, observava cada spot, modificava a posição da câmera para determinadas tomadas e até decidia o local e o momento em que deveria ser exibido cada comercial". E Morris faz questão de esclarecer: "Semana após semana, de julho de 1995 a novembro de 1996, bombardeamos o público com publicidade. Durante esse período, os telespectadores de 21 Estados norte-americanos viram uma média de 150 a 180 spots de Clinton e do Partido Democrata. Essa campanha, absolutamente inédita, foi a chave para o sucesso".

Existem, nos Estados Unidos, cerca de sete mil assessores políticos que, em ano eleitoral, atingem um faturamento superior a um bilhão de dólares. Tal como "Dick" Morris, eles transitam alegremente entre um e outro partido, simbolizando dessa forma o desaparecimento de distinções ideológicas, fenômeno que fazemos questão de alimentar. Também nesse nível, a França talvez seja menos diferente do que julga: Jacques Pilhan, tido como perito de "linguagem da mídia", passou tranquilamente do papel de consultor de François Mitterrand para o de consultor de Jacques Chirac.

CAMPANHAS NEGATIVAS



Um bom assessor político também desconhece as fronteiras geográficas. Athur Finkelstein, especialista nas campanhas "negativas" do Partido Republicano, teve o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, como seu cliente. Foi de sua responsabilidade a simpática ideia de sobrepor fotos de ônibus pulverizados por bombas às de Shimon Peres e Yasser Arafat, com a legenda "Uma combinação perigosa para Israel!". Essa ideia talvez tenha permitido a vitória, apertadíssima, do Likud.

Mas, às vezes, as melhores técnicas escorregam na bola. Em 1995, Morris organizou uma pesquisa, onde dez mil cidadãos norte-americanos eram ouvidos para saber como o presidente deveria passar suas férias... "Cooper", "camping" e golfe foram as respostas preferidas. Clinton conformou-se e renunciou ao iate. Dias mais tarde ele fulminou: "Estas são as primeiras férias que não me estão trazendo qualquer ganho, em termos de pesquisa. As primeiras! Em todas as outras eu tinha avançado um ou dois pontos". Foi também a primeira vez em que o personalismo, a manipulação, e o dinheiro não tiveram palavra.

ESTE ARTIGO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NO LE MONDE DIPLOMATIQUE. TRADUÇÃO DE JOÃO AMADO.

HONG KONG: GANHADORES E PERDEDORES

Encerrou-se no dia 1º de julho 155 anos de dominação colonial britânica sobre Hong Kong. O fim deste longo período de humilhação nacional só pode alegrar a população da cidade, 98% chinesa. Mas a volta à China coloca também uma série de dilemas e gera medos sobre o tipo de governo que a burocracia de Pequim impôs à Hong Kong.

Nem todos compartilham destas preocupações. Os grandes capitalistas de Hong Kong, os principais beneficiados pelas profundas mudanças sociais e econômicas vividas pela China na última década, estão encantados com as perspectivas. Eles trasladaram a indústria manufatureira de Hong Kong para o outro lado da fronteira, em busca de salários baixos e hoje empregam cinco milhões de pessoas nas zonas econômicas especiais, em condições de uma super-exploração selvagem.

Esta burguesia expressa com todo entusiasmo sua lealdade a Pequim, desde que o boom econômico continue. Mas quase todos têm - para qualquer eventualidade - um segundo passaporte britânico, canadense ou australiano e contas bancárias nestes países. 250 mil profissionais e trabalhadores qualificados, que não têm os mesmos interesses, emigraram no último período.

A população de Hong Kong nunca teve voz ou voto nos assuntos públicos da cidade. Londres governava através de um representante colonial que impunha sua vontade aos órgãos consultivos que formavam um arremedo de legislativo e executivo. E perseguia qualquer dissidente ou ativista sindical ou social com base em uma legislação anticomunista. Durante a guerra do Vietnã, muitos militantes perderam sua cidadania e foram expulsos da colônia.

CONTROLE CHINÊS

A questão de um "governo representativo" só surgiu para Londres, uma semana antes da assinatura do acordo com a China em 1984, que estabelecia a devolução da soberania chinesa este ano - Pequim limitaria sua intervenção na cidade à defesa e às relações exteriores pelos próximos cinquenta anos. Mas o governo representativo nunca foi efetivado, tanto pela falta de empenho do governo colonial, como pela oposição de Pequim. Na eleição só parcialmente direta de 1995 para o legislativo local, o Partido Democrata de Martin Lee elegeu 26 candidatos, contra 16 ligados ao governo chinês. Este partido jogou um papel importante no apoio aos dissidentes chineses na época do massacre de Tiananmen e é considerado "subversivo" por Pequim.

Agora, um novo "legislativo provisório", cuidadosamente depurado, foi estabelecido pelo governo de Tung Chee-hwa, um rico armador, indicado pelo governo chinês como novo governador de Hong Kong. Apesar de ter se comprometido em respeitar a autonomia da cidade, Pequim é radicalmente contra qualquer processo de escolha de um legislativo com base no sufrágio universal.

Hong Kong é hoje o principal elo da reinserção da China no mercado mundial, tanto em termos de fonte de capital externo como de estrutura de serviços. Uma relação de simbiose entre os novos capitalistas chineses e os grandes burgueses de Hong Kong. A burocracia de Pequim quer manter um controle direto sobre sua galinha dos ovos de ouro.

EVA CHENG, EXTRAÍDO DE DESDE LOS CUATRO PUNTOS.

CUT: INDEFINIÇÕES E DIVERGÊNCIAS

A CRISE DA ARTICULAÇÃO SINDICAL EXPLODIU NO 6º CONCURTO, MAS A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA DIREÇÃO PARA O MOVIMENTO AINDA EXIGIRÁ MUITO ESFORÇO.

MARIA DA CONSOLAÇÃO ROCHA

A CUT encerrou seu 6º Congresso Nacional no 17 de agosto passado sem ter dado conta nem de tratar dos imensos desafios colocados para a classe trabalhadora pela aplicação das políticas neoliberais, nem de responder à crise de sua direção, escancarada na disputa Vicentinho (Metalúrgicos do ABC) X Vaccari (Bancários de SP).

As explicações podem ser variadas, mas o fato é que o Concut que começou em uma quarta e acabou no domingo, só discutiu política um dia e meio! A maior parte da pauta do Congresso ficou pendente de deliberação. Sem nenhuma dúvida, do ponto de vista do debate político, foi o pior congresso nacional da história da Central.

Na hora de formar as chapas, a Articulação Sindical se recompôs, com Vicentinho à cabeça e Vaccari como vice, mas não resolveu a fratura exposta como demonstraram as declarações à imprensa do presidente reeleito.

Como afirmamos no *Em Tempo* 294, a crise da Articulação Sindical expressa uma fase de transição da Central, onde a antiga hegemonia dessa corrente sofre uma corrosão acelerada sem que surja uma nova direção à altura dos desafios.

O bloco liderado pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) colocou-se a tarefa de apontar para essa nova hegemonia. Aglutinou em torno de si o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS-PSTU) e a Articulação de Esquerda (AE), além de grupos independentes. Mas, para pesar no plenário do Congresso, ainda dependia do posicionamento da Corrente Sindical Classista (CSC-PCdoB), agrupamento que nos últimos meses manteve um comportamento sinuoso.

A direção nacional do PCdoB parecia almejar um acordo com a Articulação Sindical visando estabilizar uma aliança eleitoral com o PT para 1998; como a ala direita do PT, ela defende uma ampliação das alianças eleitorais. Mas a polarização existente na sua base sindical impediu isso e a CSC lançou uma "terceira chapa" entre a situação e a oposição de esquerda.

O momento mais dramático para a Articulação Sindical foi a votação do balanço da negociação da previdência social levada a cabo por Vicentinho em começo de 1996. Os bancários de São Paulo da Articulação Sindical se abstiveram e a CSC votou junto com a oposição de esquerda. O texto da Articula-

ção Sindical foi vitorioso mas por escassa margem e sem maioria absoluta (se contabilizados os votos brancos e nulos), mostrando que a posição ainda dominante dentro dessa corrente já não conta com maioria dentro da Central.

O DEBATE QUE NÃO HOUE

Polêmicas e incertezas balizam a vida da CUT e a indefinição sobre seus rumos é cada vez maior. Na pauta do Concut dois pontos decisivos poderiam recolocar a Central nos trilhos, pois eles sintetizam os dilemas do movimento sindical do país. O primeiro deles, o da organização sindical brasileira é um tema que a CUT vem discutindo desde a sua fundação. O segundo, a estratégia da Central, é uma imposição das mudanças na estrutura social implementadas pelas políticas neoliberais: o perfil de uma central de trabalhadores empregados no mercado formal está em xeque na medida que o número de trabalhadores no mercado informal cresce de forma sistemática e já supera os 50%.

No processo preparatório, o debate sobre a organização sindical deixou de lado as questões principais que vem sendo discutidas a muito tempo, como a forma de sustentação material e financeira dos sindicatos, a construção dos sindicatos por ramo de atividade pelo menos no âmbito da CUT, a política de construção de oposições e a adoção de medidas de democratização dos sindicatos. No Concut simplesmente "não houve tempo" de discutir o tema.

Por sua vez, a discussão de estratégia esteve marcada pelo balanço em relação à negociação da previdência, já que o texto da Articulação Sindical preten-

dia transformar a condução da CUT nesse evento em exemplo do que é a "resistência propositiva" defendida por essa corrente - e naquela votação desse balanço a Articulação Sindical já não conseguiu angariar uma maioria absoluta.

UMA NOVA DIREÇÃO?

Por um acordo em plenário a eleição da Executiva Nacional foi feita aplicando a proporcionalidade direta e podendo concorrer chapas incompletas - medidas democratizadoras de caráter inédito. Foram formadas cinco chapas - uma das quais não atingiu o quorum mínimo para colocar 1 membro na Executiva Nacional.

A chapa da Articulação Sindical obteve 1.080 votos, totalizando 52% dos votos e colocando 17 membros na Executiva Nacional - sendo que 1 pertence aos quadros do PPS. A chapa formada pela ASS, MTS e AE obteve 629 votos, pouco mais que 30% e 10 membros na Executiva (6 da ASS, 3 do MTS e 1 da AE). A CSC contabilizou 282 votos, pouco menos que 14% e 4 membros na Executiva. Com essa votação caiu por terra sua propaganda de ser a "segunda força" da CUT (lugar que corresponde à ASS que detém em torno de 20% do Concut). Finalmente, O Trabalho colocou 1 membro na Executiva (4%).

A "unificação" de metalúrgicos do ABC e bancários de SP da Articulação Sindical na mesma chapa não encerrou a crise. Vaccari ficou na vice-presidência, cargo de importância menor ao que detinha na gestão passada (Secretaria Geral), mas os bancários explicaram que foi selado com Vicentinho um "pacto de gestão" coletiva da direção.

Mas nem a leitura do documento do acordo, nem as declarações à imprensa do presidente reeleito logo após acabar o Concut permitem deduzir um recuo de Vicentinho em relação ao que os bancários questionaram como a "Central de um homem só".

Na verdade tudo indica que os ritmos da disputa em relação aos rumos do movimento sindical cutista deverão se acelerar com a crise política interna da corrente majoritária. Tal crise não é um fenômeno apenas de cúpula, mas de diversas formas vem se manifestando nos sindicatos de base.

Não é um fato menor que na tirada de delegados para o Concut na assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a diretoria tenha tido apenas 56% dos votos - cabendo o restante por igual a duas chapas, uma de dissidentes da diretoria e outra, de trabalhadores da Volkswagen junto com militantes do PSTU e PCdoB. Isso, somado às sucessivas derrotas recentes da Articulação Sindical em vários sindicatos dos metalúrgicos em estados como SP, RJ e BA, aponta para um cenário de perda por essa corrente da maioria na Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - que é uma das duas principais organizações por ramo da Central.

Mas a decadência política da maioria não veio acompanhada do surgimento de um novo pólo político consistente que aponte para uma direção alternativa. O campo conformado pela ASS, MTS e AE se saiu bem no Concut, e dentro dele nossa corrente teve um papel destacado; mas de fato esse bloco inexistiu no dia-a-dia da CUT e das entidades sindicais.

As diferenças com os sindicalistas do PSTU são diversas, sobretudo, por conta de suas práticas hegemônicas (similares às da Articulação Sindical), pela sua visão sectária da estratégia revolucionária para o movimento sindical e pelo seu afã de construir seu partido atacando ao PT. Se em muitas ocasiões estamos juntos em ações sindicais conjunturais, aspecto importantes da concepção e prática sindical nos opõem.

Este Concut serviu para demonstrar que somente o fortalecimento da própria Alternativa Sindical Socialista pode dar solidez à construção de um novo campo de hegemonia política na Central. E nessa tarefa estamos muito atrasados. Situações vividas internamente pela ASS em diversos Estados mostraram um quadro de fragilidades políticas e organizativas que devem ser resolvidas. A convocatória de uma Conferência Nacional da ASS ainda neste segundo semestre é nesse sentido uma necessidade incontornável.

Entre a crise da anterior hegemonia e o surgimento de outra, há um interregno no qual devemos atuar de forma decidida. Colocar o foco da ASS no movimento real dos trabalhadores (não no internismo), tirar as forças para disputar os rumos da Central tanto de uma atuação colada na luta efetiva dos explorados como da qualificação de nossa elaboração política, são elementos centrais postos para a ASS no próximo período.

MARIA DA CONSOLAÇÃO ROCHA
INTEGROU A EXECUTIVA NACIONAL DA
CUT NA GESTÃO 1994/97.



A LUTA PELO FUTURO DO PT

A Articulação Unidade na Luta registrou duas teses ao encontro nacional. Uma, assinada por José Dirceu e outros, tratando dos temas da pauta e outra, apoiada também pela Democracia Radical e assinada por Adeli Sell, Ozéas Duarte e outros, em que apresenta um projeto de novo Estatuto para o PT.

A reformulação dos estatutos não consta da pauta do encontro, não foi debatida em nenhum encontro. No entanto da tese assinada por Dirceu consta como objetivo "aprovar no 11º Encontro os princípios fundamentais que orientarão e definirão o conteúdo geral dos Estatutos".

Se a tese "política" da Articulação evita submeter ao partido a política que este setor está encaminhando na prática, a tese "estatutária" é muito clara: verticaliza radicalmente a estrutura, retoma o monolitismo característico do início da Articulação e elimina os encontros partidários como instâncias máximas de deliberação (tudo seria resolvido através de eleições internas). O mínimo que se pode dizer dela é que se trata da tentativa de um golpe, que se for consumado comprometerá a democracia partidária. Aliás, as duas teses parecem propor o seguinte "cronograma" e "método": adiar a discussão política delegando o máximo de poderes à direção, resolver "estatutariamente" as diferenças internas e depois homologar a política. Assim, propõe para dezembro um encontro extraordinário para dar acabamento ao estatuto, cujo conteúdo básico seria aprovado no 11º Encontro e para o primeiro semestre de 98 o 2º Congresso para aprovar a tática eleitoral e política de alianças (quando o próprio 11º Encontro, na proposta da Articulação, já teria delegado à direção implementar uma política de alianças mais ampla do que o campo democrático popular).

A TESE "POLÍTICA"

A proposta central da tese é a "frente de oposições" acompanhada de um programa "light". Não discute como isto tem sido encaminhado concretamente e o virtual fracasso da sua tentativa de constituir uma frente de "centro-esquerda". Também não discute porque as personalidades de centro-esquerda dentro do PT, como Vitor Buaziz, vem se chocando com o partido e com os setores democráticos e populares que lhe dão sustentação. Mas assimilam todo o rebaixamento ideológico que varre a esquerda no mundo. Apesar da retórica oposicionista da Articulação, o esboço de pontos básicos para compor o programa evita definições. E isto no momento em que a idéia de que uma "alternativa" ao neoliberalismo é um neoliberalismo com "face social" - expressa no encontro do Chile e em manifestações de personalidades petistas - ganha muita força.

Sua proposta nacional é mais fácil de entender pela visão dos acontecimentos e da política internacionais. Assim diz: "A vitória dos trabalhistas no Reino Unido, independente da discussão sobre o tipo de programa que será aplicado, tem um significado forte..."; "Na Argentina cresce a força da oposição e o recente protocolo entre a Fre-



paso e a UCR aponta para uma vitória das forças anti-Menem e para a derrota da coalizão neoliberal"; Não se pode discutir um resultado eleitoral "independente" do "tipo" de programa vitorioso e do que é a vontade política expressa pela direção destes processos. E neles o programa e a vontade das direções são de corrigir distorções do neoliberalismo e não se apresentam como uma alternativa a ele. Outra coisa é a possibilidade de mobilizações que pressionem estes governos em um sentido mais opositor ao neoliberalismo. Mas não é disto que o texto da Articulação trata. Ao contrário, a tese se identifica com estes processos. E propõe traduzi-los para o Brasil.

Assim é possível compreender o rebaixamento programático proposto: soberania nacional, em termos vagos; programas de "inclusão" social; e democratização, basicamente no seu aspecto institucional. Alianças em direção à imaginada "centro-esquerda". Se isto é coerente com o projeto de caminhar ao centro, é completamente incoerente com a experiência do PT e com uma avaliação realista da dinâmica aberta pelo domínio neoliberal. Sua confrontação não se dá pelo amolecimento programático e pela adesão aos seus pressupostos. Do mesmo modo que o neoliberalismo constituiu um núcleo duro ideológico e programático, é preciso construir uma contraposição global para assumir processos prolongados de luta e de recomposição da base social socialista.

A TESE "ESTATUTÁRIA"

A perda de legitimidade, de capacidade de vencer politicamente, levou a Articulação a priorizar, nos últimos dois anos, um comportamento burocrático. Isto está condensado na sua tese "estatutária". Em primeiro lugar,

ela não se preocupa com a legitimidade e, rigorosamente, não pode ser votada. Um de seus próprios pressupostos é o de que este debate requer "um tempo e um debate exclusivos". É provável que nem mesmo a própria Articulação tenha debatido este texto. Nenhum encontro preparatório foi informado e o tema não consta da pauta. Forçar sua votação é uma tentativa de golpe.

Escrito de uma maneira que lembra o 1984 de Orwell, onde tudo deve ser lido ao inverso, o texto proclama o objetivo de "consolidar a democracia dos 18 primeiros anos".

A principal proposta é acabar com o papel até hoje conferido aos encontros como instâncias máximas de debate e definição de linha política, programa e direção partidária. Isto passaria a ser feito pelo voto em urna dos filiados. Os encontros teriam um papel semelhante ao dos diretórios, de desdobrar planos de ação (a partir das teses vitoriosas) e de eleger as executivas (a partir das composições já eleitas em urna). Este processo é chamado pela tese de "democracia direta". Trata-se de reduzir o direito à participação ao voto individual, exercido sob condições em geral adversas ao controle coletivo e à participação política.

A tese prossegue restringindo o direito à proporcionalidade. A chapa majoritária (com mais de 50%?) teria assegurado o "direito" de indicar, além do presidente, o secretário geral, o secretário de organização e o tesoureiro!

Conclui revendo a deliberação do 1º Congresso sobre o direito de tendência. Mas pode um encontro, sem previamente pautar um tema tão fundamental como o estatuto, rever uma decisão de congresso? A tese não se importa com isso e propõe, simplesmente, suprimir o direito ao debate interno através de publicações aos filiados do partido. De modo geral a "tese" pretende

A ARTICULAÇÃO PROPÕE UM PROGRAMA DE CENTRO-ESQUERDA E UM PARTIDO MONOLÍTICO, MAS ESTE PROJETO NÃO É CAPAZ DE ENFRENTAR A PROVA DA REALIDADE

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

um partido monolítico e organizado segundo o princípio da democracia representativa burguesa.

O PROBLEMA É COM A REALIDADE

O maior problema da atual maioria é com a realidade. Colecionou muitas derrotas. Em São Paulo, base de sustentação da sua antiga hegemonia, sua linha política, eleitoral e organizativa foi derrotada em todos os aspectos. Diadema, Santos, São Paulo são os principais exemplos. O partido, nacionalmente, venceu onde não seguiu a orientação da maioria nacional.

Toda a conciliação da atual maioria com o governador Vitor Buaziz terminou com sua saída às vésperas do 11º Encontro, tendo como pano de fundo a resolução do Diretório Nacional que, o mínimo: que o partido fosse ouvido!

A busca ilusória e desesperada de uma "centro-esquerda", quando esta mesma já é adesaista ao neoliberalismo e procura de várias maneiras atacar o PT, é um fracasso político. Com consequências desastrosas: permanece a ilusão em um programa que se submete às premissas neoliberais: a inevitabilidade da globalização, a idéia de que o possível é corrigir seus piores efeitos, a renúncia a uma política socialista.

A atual maioria, por um lado, diz que controla o partido, por outro, ataca a esquerda como responsável pelos problemas que o partido enfrenta. Acusa a esquerda de internismo mas propõe o processo mais internista e antidemocrático possível: passar o resto de 1997 discutindo estatuto; adiar a discussão política para 1998, quando a política já estará definida.

Muito provavelmente o 11º Encontro Nacional evidenciará impasses estratégicos, além de um virtual empate interno, que se prolongarão pelos próximos anos. Eles não se resumem à disputa de rumos e da direção partidários. Referem-se a isso mas dentro de um contexto mais amplo de disputas maiores do PT frente ao neoliberalismo. Os campos que se colocarem dispostos a este enfrentamento maior adquirirão melhores condições de dirigir o partido e honrar sua experiência histórica. Os embates pela frente, a começar com o de 1998 e com o "tipo" de programa alternativo ao neoliberalismo, mais que as votações do Encontro, definirão o futuro do partido.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É ECONOMISTA.

O PT E O GOVERNO NÃO TEM UMA AGENDA EM COMUM: NOSSA POLÍTICA É DERROTAR AS SUAS REFORMAS E APLICAR UM PROJETO DE PAÍS TOTALMENTE DIFERENTE

JOÃO MACHADO

AS REFORMAS DELES E AS NOSSAS



As vitórias eleitorais do Partido Trabalhista, no Reino Unido, e do Partido Socialista Francês (em aliança com o Partido Comunista e com outros setores da esquerda) foram acontecimentos importantes. A eleição de Tony Blair como Primeiro Ministro britânico encerra quase duas décadas de governo do Partido Conservador. Foi justamente este partido, dirigido por Margareth Thatcher, que começou a ofensiva neoliberal em 1979. A eleição de Lionel Jospin como Primeiro Ministro francês se explica sobretudo pela insatisfação com a política ditada pelo Tratado de Maastricht e pelas regras para a criação da moeda única europeia, que tem levado à manutenção de taxas de desemprego acima de 12%.

Há, portanto, um enfraquecimento político do neoliberalismo europeu. Com base nisso, o sociólogo Atilio Borón deu a um artigo para o *Linha Direta* o título de “Réquiem para o ciclo político neoliberal”. Tanto otimismo se justifica? É pouco provável. Quase todos os governos da União Europeia agora têm maioria, ou pelo menos presença de social-democratas; mas mesmo assim continuam a implementar uma política econômica neoliberal ditada pelo Tratado de Maastricht. As resistências, encabeçadas pelos socialistas franceses, são até agora muito limitadas.

As eleições recentes no Reino Unido e na França demonstram a existência de um espaço importante para a oposição às políticas neoliberais; mas não significam que já se constituiu um projeto alternativo ao neoliberalismo. Na verdade, as políticas de dirigentes como Blair e Jospin vêm sendo formuladas a partir da convicção de que não é possível fugir completamente da lógica econômica liberal; que o possível é apenas defender medidas que se contra-

ponham a seus piores efeitos sociais. Enquanto uma alternativa contra tudo isto não estiver claramente formulada, será prematuro falar em “réquiem para o neoliberalismo”. Os neoliberais mantêm uma hegemonia ideológica e política mais fraca do que antes, e perdem eleições hoje; mas, diante de uma esquerda que pode não conseguir demonstrar a que veio, talvez ganhem outras amanhã.

ILUSÕES NA SOCIAL-DEMOCRACIA

O companheiro Lula publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* (“Um novo projeto social”, de 03/07/97) que produz — e amplia — uma posição semelhante à de Borón. Cita a perspectiva — confirmada depois — da vitória de Cárdenas nas eleições para prefeito da Cidade do México e a queda da popularidade de Fujimori para mostrar que o neoliberalismo se desgasta também na América Latina. Neste aspecto tem razão. Mas propõe algumas idéias para um “novo projeto social” que seguem a lógica de “moderação” de Blair e Jospin, e mostram uma grande ilusão quanto ao que se pode esperar dos governos social-democratas europeus.

Lula fala em um “mundo globalizado, que exige eficiência, dinamismo e competitividade dos membros dessa aldeia global”, aceitando a idéia de que há regras impostas pela “globalização”. Diz que “o Estado não pode cuidar simplesmente da eficiência empresarial, do lucro das empresas ou da saúde dos banqueiros, mas deve conciliá-los com crescimento e bem-estar social”, considerando possível conciliar os objetivos das políticas neoliberais com o bem-estar social.

Diz que “os governos Prodi, na Itália, Blair, no Reino Unido, e Jospin, na

França, ganharam as eleições porque “mostraram ao eleitorado que dispõem dos meios para fazer governos muito mais eficientes do que os conservadores”. Uma avaliação muito otimista, mas seria precioso perguntar: mais eficientes para quê? Lula disse que “não sabemos ao certo se Blair e os demais líderes vão cumprir as promessas de campanha”. É uma cautela prudente. Mas revela um equívoco: “Blair e os demais líderes” estão prometendo levar adiante o fundamental das políticas conservadoras (principalmente as decorrentes do Tratado de Maastricht). O problema não é saber se vão cumprir suas promessas, é que elas mesmas são ruins.

No mesmo embalo, ao criticar o governo brasileiro, Lula diz: “Mesmo no Brasil se verificam crescentes sinais de descontentamento com a falta de dinamismo do governo Fernando Henrique Cardoso. A esta altura, os cidadãos brasileiros se deram conta de que as reformas são empurradas com a barriga pelas elites conservadoras que loteiam o governo”.

Mas o PT já firmou posição *contra a orientação geral do governo*, e não apenas contra sua “falta de dinamismo”. Somos *contra* as “reformas” que este governo vem empurrando com a barriga (admitindo que isto seja verdade; no entanto, o governo já foi bastante longe). Nossa bancada federal vem fazendo o possível para *barrar* a sua implementação. Naturalmente, somos a favor de *reformas*, mas *outras*, radicalmente distintas, que o governo não “empurra com a barriga” porque nem cogita delas. Não é a falta das *reformas deles* que explica a ruindade da política do governo em matéria social.

Temos, portanto, razões de grande preocupação com o artigo do companheiro Lula. Suas conclusões não são nada consistentes com as posições do PT.

QUEREMOS MUDANÇAS RADICAIS

Podemos ver nos resultados eleitorais do Reino Unido, da França e da cidade do México não o apoio aos programas apresentados pelos partidos vitoriosos e a possibilidade (ilusória) de que sejam mais eficientes do que os governos anteriores na aplicação de políticas semelhantes, mas sim o crescimento do descontentamento com o neoliberalismo — que abre a possibilidade de defesa de uma orientação geral anti-neoliberal. Isto é reforçado por outros acontecimentos tão importantes como as eleições. Por exemplo: a persistente crise econômica da chamada “segunda geração dos tigres asiáticos” mostra a fragilidade da política de financiamento de déficits externos por capitais voláteis, especulativos. Após a derrocada mexicana, é mais um exem-

plo propagandeado pelos neoliberais que cai por terra. E no Brasil, os acontecimentos recentes são ainda mais favoráveis a uma crítica aos fundamentos da política do governo.

Quais seriam as bases para uma mudança radical de orientação política?

A primeira, a recusa da idéia de que há um processo inevitável de “globalização” da economia que obriga à adaptação de todos os países. Esse processo — melhor descrito como de reforço da internacionalização e da concorrência na economia mundial — é consequência de *opções políticas*: a desregulamentação, o reforço dos “mecanismos de mercado”. Podemos recusar estas opções.

Isto significa ter uma postura nas relações externas radicalmente distinta da predominante. O *interesse nacional*, que muitos consideram morto e enterrado, deve ser recolocado num primeiro plano. Mais enfatizado ainda deve ser o tema do *interesse social*, isto é, do interesse do povo. Estes interesses não se harmonizam com os dos “mercados”. A abertura da economia deve ser revista. Alguma liberalização comercial pode ser útil; mas a liberdade para os movimentos de capitais é contrária aos interesses nacionais e sociais (obviamente: ela atende aos interesses dos capitais). No lugar de ampliar o déficit externo e financiá-lo com novos empréstimos que vão tornando de novo a dívida externa explosiva, e com maior dependência de capitais especulativos, é preciso reduzir a dependência desses financiamentos, e criar a possibilidade de um tratamento soberano da dívida externa. A busca sôfrega de “investimento” externo deve ser substituída pela criação de *condições internas* de investimento, onde eventuais investimentos externos podem ter um papel complementar e secundário.

Não pode ser nosso objetivo qualquer inserção nesta ordem mundial (nem “soberana”, que é uma ilusão, e muito menos “competitiva”, que significa uma adoção integral das suas regras). Nosso objetivo só pode ser *outra* ordem mundial, construída a partir dos interesses dos povos, e não dos interesses dos “mercados”.

No plano interno, a necessária reforma do Estado deve ter um sentido diametralmente oposto à que o governo FHC vem defendendo. Como falamos desde 1989, é necessário *desprivatizar* o Estado, submetê-lo ao controle popular. Reforçar seu papel de prestador de serviços básicos para a população e de responsável pela *solidariedade social*. A seguridade social, os direitos sociais devem ser ampliados, e não reduzidos. O funcionalismo público deve ser valorizado, e não estigmatizado como responsável pelos déficits que a própria política do governo cria. A capacidade de investimento público deve ser recuperada. No lugar de privatizar os bancos públicos, e responder às dificuldades do sistema financeiro com o PROER e suas doações, é preciso recolocar em discussão a conveniência de *estatizar o sistema financeiro*.

Todas estas idéias significam, naturalmente, recuperar os programas das campanhas de Lula, principalmente a de 1989, e aprofundá-los. Este é um caminho muito mais promissor que a busca de correções da política de FHC e de sua “dinamização”.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

"A religião é o ópio do povo." Esta afirmação, ainda popular na esquerda, vem sendo discutida. Quando os fundadores do marxismo afirmaram que a religião era o baluarte do obscurantismo e do conservadorismo, analisavam uma realidade onde os dogmas do catolicismo, justificavam a opressão, miséria e alienação.

Mas hoje, no contexto latino-americano, uma nova interpretação marxista sobre o papel da(s) religião(ões) nas lutas contra a opressão capitalista está se impondo. Constituiu-se, aqui, um pensamento religioso que utiliza conceitos marxistas e *inspira* lutas de libertação social, a teologia da libertação. Ela utiliza seus recursos materiais e espirituais para lutar por uma nova sociedade. Para seus militantes, não é somente o entendimento das condições materiais que determinam a luta por uma utopia, mas *também* uma fé, uma esperança religiosa.

A religião pode, como afirma Gramsci, expressar diferentes interesses de classe e, em alguns contextos, justificar a luta contra o *status quo* a partir de uma dimensão espiritual. E Ernst Bloch nos lembra que "a religião é uma das formas mais significativas da consciência utópica, uma das manifestações mais ricas do princípio da esperança. Por sua capacidade de antecipação criadora, as religiões desenham o espaço imaginário do ainda-não-existente. Existe um excedente cultural utópico nas religiões". Para Bloch, as religiões institucionalizadas deturpam essa essência utópica.

PRECONCEITO RACIAL

Esse reconhecimento sobre o papel positivo que a religião pode cumprir - amplamente aceito quando se trata da teologia da libertação - se esgota, porém, quando tratamos das religiões de origem africana. Alguns petistas escandalizam-se quando encontram militantes do partido que são do candomblé ou da umbanda, dizendo que não existe relação entre ser do candomblé e ser do PT ou marxista. Outros, ironizando de forma preconceituosa, dizem que "bater tambor" e ser de esquerda é muito estranho. Aparentemente ser adepto destas religiões, praticar rituais "mágicos, seria contraditório com ser marxista, ser um sujeito crítico", não-aliado, que quer transformar a realidade.

Mas o candomblé é uma visão de mundo religiosa, que tem um sentido profundo para seus adeptos. Para eles *ser de Ogum, Iemanjá, Oxalá ou Xangô* tem um significado profundo, como tem um significado para os membros do PT participar da militância partidária.

A dificuldade de compreender a relação que pode existir entre estas duas questões repousa na formação eurocêntrica da quase totalidade da esquerda brasileira e na visão de mundo judaico-cristã que a acompanha. Negam-se os valores africanos e a própria cultura oriunda do continente. Mas se abandonarmos nossos preconceitos (raciais), veremos que as religiões afro-brasileiras cumprem um papel importante na luta pela cidadania, pelos direitos humanos e, potencialmente, por uma sociedade socialista.

Muitos exemplos históricos podem confirmar isto. A história dos africanos escravizados é a da luta e da resistência. Palmares e diversos quilombos, a re-

PETISTAS E MARXISTAS NO MUNDO DOS ORIXÁS



volta dos Malês, a Balaiada foram todos marcos na luta popular contra as oligarquias no poder em nosso país. E elas foram organizadas a partir da visão de mundo do homem africano no Brasil, através da afirmação de sua cultura e dos seus valores.

O CULTO DAS FORÇAS DA NATUREZA

O Candomblé é uma religião politeísta, de culto aos Orixás, forças da natureza que cumprem papéis específicos no Orum (mundo invisível) e no Ayê (mundo visível). Cada pessoa tem o seu Orixá. Existem vários rituais cuja função é colocar os Orixás e os seres humanos em comunicação: o Bori (alimentar a cabeça), a Cura (fortalecimento do corpo), o Axexe (cerimônia para os mortos), as festas para cada Orixá (Candomblé), etc.

Um aspecto central nos rituais é a incorporação dos Orixás nos seus filhos (o transe). Todo o sistema religioso, sua mitologia e teogonia é revivido durante o transe. Na estrutura social desta religião existe uma hierarquia que organiza as tarefas de cada pessoa na comunidade: a Yalorixá (mãe de santo) ou Babalorixá (pai de santo), que são autoridades máximas, as Ialôs (filhas de

santo), os Ogãs, as Equedes, etc. Por ser uma religião de iniciação e baseado na oralidade, essa hierarquia se expressa no saber litúrgico - diferente das concepções ou instituições nas quais a hierarquia é baseada na desigualdade econômica, social e política.

Porém, esta relação de poder é dialética. Há momentos na comunidade-terreiro (no ritual e no cotidiano) que os adeptos estabelecem relações complementares. Um destes momentos são as confraternizações entre Yalorixá, ialôs, ebomis, ogãs e equedes. Neste momento do ritual, a hierarquia desaparece, todos são iguais e unidos para o crescimento do Axé da coletividade. A prática do ritual permite a cada adepto o crescimento do Axé (força vital, dos indivíduos, da comunidade e do mundo) e decide o seu lugar na comunidade. A base econômica da religião é a reciprocidade, não existe uma economia de mercado, que legitima relações desiguais.

"Não existe Orixá sem homens e vice-versa." A partir dessa visão espiritual, de origem africana, o culto dos Orixás tem como preocupação fundamental manter o equilíbrio e a harmonia entre as pessoas, a comunidade, os Orixás, o mundo e a natureza. Não propõe uma salvação. É uma visão de mun-

do que se preocupa com o presente, com o crescimento de cada um segundo suas possibilidades e necessidades.

Nesta visão de mundo, Exu é o princípio da comunicação e da transformação; tudo tem o seu Exu. Ele é o nome dado pelos Nagôs ao aspecto dinâmico do existir. Exu questiona tudo permanentemente e revela que o mundo é produzido e pode ser produzido de modo diferente. Como princípio dinâmico, Exu é o não-ainda-possível.

A morte não é vista como o fim de uma existência, mas como um ciclo da vida, onde a pessoa que vira ancestral, passa para o Orum e redistribui o Axé que ela construiu no Ayê.

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA

CANDOMBLÉ E POLÍTICA

É a partir destas características que podemos compreender as "relações eletivas" entre o candomblé e a política partidária da esquerda (e concretamente do PT).

No Candomblé se cultuam os Orixás, onde cada um cumpre papéis e representa forças da natureza, princípios cósmicos. Os Orixás são Deuses imperfeitos (tem atribuições limitadas, complementando-se uns aos outros, dominando somente alguns elementos do cosmo) - muito distintos do Deus das religiões monoteístas, perfeito, onipotente, representando e explicando todos os sentidos da vida, sua origem e seu possível fim. Os Orixás dependem uns dos outros e dos homens para fortalecer o Axé. A fé nos Orixás para os iniciados é condição de reequilíbrio e harmonia entre cosmo-indivíduo-comunidade. O estado de espírito do iniciado na religião, esta fé, é um princípio de existência individual e coletivo. É a sua consciência de que o mundo real está em desequilíbrio.

A política de esquerda deseja a *utopia* de um mundo melhor, mais humano e harmonioso, uma sociedade onde não existirá a exploração do homem sobre o homem. Este estado de espírito utópico do militante é também um princípio de existência individual e coletivo. É sua consciência de que a realidade não se encontra organizada sob os princípios que defende.

Em segundo lugar, no Candomblé a *tradição* constrói os objetivos da comunidade e dos seres humanos individuais: é preciso reproduzir sempre os fundamentos e princípios oriundos da África e vivenciados no Brasil para ser um bom ancestral e renovar a vida, seja na natureza, seja na sociedade.

Na política da esquerda, o *futuro* é visto como uma comunidade de homens e mulheres livres da opressão, onde a vida terá espaços para se renovar. O objetivo é a construção do *futuro socialista*.

CONTINUA NA PÁGINA 14

A REALIDADE EM PRETO E BRANCO

O V ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS REVELOU AS POTENCIALIDADES E LIMITES ATUAIS DO COMBATE AO RACISMO NO PT

SAMUEL VIDA E JORGE CARNEIRO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 13

PETISTAS E MARXISTAS NO MUNDO DOS ORIXÁS

Em terceiro lugar, no Candomblé o Axé é a força vital que mantém o cosmo. Tudo tem Axé, por isso tudo é sacralizado, principalmente no que diz respeito à natureza. O Axé orienta a prática da comunidade, é preciso viver em harmonia com a família de santo, compreender as debilidades de cada um e ajudá-los para crescer o Axé. Crescer o Axé é ter boas relações com todos, com alegria, solidariedade, divisão de riquezas e tarefas e respeito às regras. "O Axé é uma construção coletiva em que não cabe o individualismo, a competição, é o ponto de contradição em relação ao capitalismo." Isto é semelhante ao que ocorre na política da esquerda, onde a *ética militante* é o elemento que fortalece as discussões. Ser companheiro, contribui para fortalecer do socialismo e a construção de uma consciência coletiva e individual.

COMUNIDADE RELIGIOSA E COMUNIDADE HUMANA

Essas analogias - a fé e a utopia (como consciência), a tradição e o futuro (como meta) e o Axé e a *ética militante* (como prática) - podem nos ajudar a compreender que alguns elementos do candomblé podem contribuir para um processo de luta contra as opressões desse mundo e incentivar uma prática militante eticamente superior. Explicam a existência de uma tradição de militância candomblecista.

Não se trata de romantizar as religiões afro-brasileiras como motor das lutas populares, mas simplesmente apontar possíveis afinidades eletivas entre uma proposta política-utópica e a visão de mundo das religiões afro-brasileiras - oriundas de um contexto onde não existia dominação de classe.

Além disso se consideramos a religião como uma "certeza" que dá sentido a vida dos seres humanos, devemos, por analogia, ver que para um militante de esquerda ou marxista, somente a utopia socialista (ou comunista), enquanto fé, dá sentido a sua vida. Lucien Goldman afirmou que a *fé religiosa* é semelhante a *fé marxista*. Existem pontos em comum entre os dois: a crença nos valores comunitários; "a recusa ao individualismo puro e a crença nos valores transindividuais" - Deus ou deuses numa comunidade sagrada para a religião e a comunidade humana para o socialismo.

As afinidades entre duas visões culturais e políticas aparentemente tão distantes podem permitir compreendermos uma tradição secular de lutas de resistência política em nossa sociedade e o papel que nela desempenhou a cultura popular. Porém, ainda mais importante, podem apontar caminhos que contribuam para que o povo negro se coloque no coração do bloco histórico capaz de construir uma alternativa socialista para o Brasil.

A situação do povo negro agrava-se no rastro da implantação do programa neoliberal. Um estudo recente revela a tragédia do *apartheid* brasileiro. Segundo a ONU, o Brasil ocupa o 63º lugar em qualidade de vida no mundo, quando analisada a população brasileira (brancos e negros). O critério para aferir isso é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto de esperança de vida, situação educacional e renda. Pesquisadores da FASE aplicaram o IDH exclusivamente sobre a população negra e constataram que a colocação cai para o 120º lugar.

Um relatório produzido pela ONU acerca das condições de vida dos negros no Brasil constata a existência de um tipo de *apartheid* que determina "uma segregação estrutural, como resultado das condições econômicas e sociais". No texto, a ONU identifica o racismo em esferas como o trabalho, a moradia, as relações de gênero, a violência, a exclusão da mídia, etc.

A evidência do *apartheid* brasileiro e o desmoronamento do mito da democracia racial são frutos da luta do movimento negro e abrem um terreno de disputas: A direita entra em campo com falsas promessas de inclusão, cooptando lideranças históricas e produzindo lideranças orgânicas, numa tentativa de confundir as massas negras e preservar o *apartheid* brasileiro. Para os racistas neoliberais, pode ser tolerável a constituição de uma elite negra, integrada ideologicamente e subordinada política e economicamente, desde que não se altere a condição de vida e a posição subordinada das maiorias nacionais. Sociólogos arrivistas alardeiam a existência de uma hipotética "classe média negra" composta por 5 a 7 milhões de pessoas que desejariam, apenas, ser tratados como consumidores.

ONDE ESTÁ O PT?

O PT vive o dilema de uma perda de identidade política e ideológica. Mantém-se num horizonte institucionalista, mistificado em inconsistentes alianças de "centro-esquerda" e num suposto "modo petista de governar", aceitando "as regras do jogo" e se acomodando à uma prática política exclusivamente eleitoral.

O PT ignora o genocídio contra o povo negro. Nas análises de conjuntura, nos discursos nas tentativas de sensibilizar a opinião pública, esse as-

sunto está ausente. Nas experiências administrativas não é adotada nenhuma política concreta para combater as desigualdades raciais.

A possibilidade de reconquistar as condições de disputa com o projeto neoliberal está vinculada à capacidade de dialogar com o Brasil real, com as maiorias excluídas e com suas contradições profundas com a ordem estabelecida. Exige destacar temas que viabilizem a construção de sujeitos capazes de desestruturar relações atávicas de poder e desigualdades naturalizadas por séculos de opressão, construindo uma contra-hegemonia ideológica, asentada na igualdade racial, na inclusão social, na universalização da cidadania, na participação popular, na auto-organização e na auto-representação. A questão racial é parte do núcleo estratégico político-programático do socialismo no Brasil.

O PT E O COMBATE AO RACISMO

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (SNCR) foi criada em 1996 a partir de uma dinâmica contraditória. De um lado, ela ecoa conquistas da militância anti-racista fora dos espaços petistas. De outro lado, ela pode acarretar no risco de uma acomodação interna.

A vitória consiste no reconhecimento da importância da militância negra e na possibilidade de afirmação da luta anti-racista como principal móvel civilizatório e democratizante do Brasil. Para tanto, é necessária uma SNCR crítica às posições das direções partidárias que não contribuam para a inclusão da questão racial no cotidiano petista.

O risco é o de servir como biombo para esconder o desinteresse acerca da questão racial, transformando-se num espaço de acomodação de tensões. A distorção do papel da SNCR se traduz na hipótese de alinhamento com a direção ou setores majoritários, em detrimento do papel de permanente cobrança para uma efetiva incorporação do PT na destruição do *apartheid* brasileiro.

V ENCONTRO NACIONAL

O V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT reuniu, de 8 a 10 de agosto, cerca de 80 delegados representando doze estados; aprovaram-se reso-

luções importantes e elegeu-se o novo coletivo da SNCR. A avaliação da ação da SNCR durante os seus dois primeiros anos de existência constatou um saldo positivo, pontuado por deficiências. Apesar dos avanços na visibilidade interna da SNCR, realizando importantes eventos, não tivemos avanços na incorporação da questão racial na agenda petista nem tampouco na disputa com a direção partidária para que isso ocorresse. Um avanço importante se deu nos estados, sendo criadas dez Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo.

Este encontro aprovou, novamente, a proposta de realização do Encontro Democrático Nacional do PT dedicado à discussão das relações raciais no Brasil. Apontou para o aprofundamento da reflexão acerca das políticas públicas anti-racistas e a ação político-administrativa do PT. Recomendou a continuidade da campanha pelo voto étnico e pela presença do discurso anti-racista nas campanhas e nos programas em 98.

O encontro discutiu o perfil necessário para a SNCR cumprir suas tarefas, destacando-se a necessidade de uma atitude insubmissa e crítica na relação com as direções. Essa reflexão se desdobrou na construção de uma candidatura alternativa ao atual Secretário. Acabaram se constituindo duas chapas para a SNCR. Saiu vitoriosa a chapa articulada em torno do atual Secretário, Flávio Jorge, que obteve 60% dos votos, sendo integrada por militantes da Articulação Unidade na Luta, da Articulação de Esquerda e grupos estaduais independentes.

A chapa minoritária, encabeçada por Samuel Vida, obteve cerca de 40% dos votos. Foi composta por militantes da Democracia Socialista, do Movimento Negro Unificado e independentes do Fórum Socialista de SP. A composição final do coletivo implicou numa redução da presença das mulheres; o setor majoritário apresentou somente uma companheira em seis indicações.

Apesar das diferenças e disputas, temos que construir iniciativas políticas para o combate ao racismo e à exclusão sócio-racial. Por isso, o V Encontro deve ser visto como um marco para o compromisso do PT com a construção de uma sociedade multirracial, democrática e socialista.

SAMUEL VIDA É MILITANTE DO PT DE SALVADOR E JORGE CARNEIRO DO PT DO RIO DE JANEIRO

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA É MILITANTE DO PT DO RIO DE JANEIRO.

Vozes do Século



Vozes do século

Entrevistas da *New Left Review*. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. R\$ 25,00. 290 p.

Um livro indispensável para compreender o marxismo no século XX. A revista inglesa entrevistou, desde os

anos 60, os principais intelectuais de esquerda, alguns diversas vezes, acompanhando o debate teórico socialista como nenhuma outra publicação. São quinze entrevistas: três com Jean-Paul Sartre (uma delas feita por Simone de Beauvoir), duas com Jürgen Habermas, Georg Lukács e Isaac Deutscher e uma com Ernest Mandel (sobre a natureza do Estado soviético), com Louis Althusser, Noam Chomsky, Claude Lévi-Strauss e Gore Vidal. A obra traz também um debate entre Raymond Williams e Edward Said sobre "mídia, margens e modernidade".

Liber 1

Pierre Bourdieu (editor) e Sergio Miceli (seleção). São Paulo: EDUSP, 1997. R\$ 25,00. 321 p.

Este livro é uma coletânea de 32 artigos publicados na revista internacional de livros criada em 1990 pelo sociólogo francês. Os textos selecionados por

Miceli estão agrupados em torno de três assuntos: "Impasses da questão nacional" discute a forma como o tema tem sido tratado na Alemanha (com artigos de Bourdieu e Habermas), na Escócia (incluindo artigos de Tom Nairn, Keith Dixon e Trevor-Roper) e na Irlanda (Terry Eagleton e Gerry Adams). Na segunda parte vários artigos tratam de personagens centrais da teoria social contemporânea (Marcel Mauss, Georges Duby, E. P. Thompson e Georges Dumézil) e são também publicadas entrevistas de Duby e Thompson. Doze artigos são agrupados na parte final sob o título de "Arte, literatura e indústria cultural" versando dos *Gay and Lesbian Studies* à *Documenta*, de Ionesco à "falência dos intelectuais".

Ernst Bloch

Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch, de Arno Münster. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 265 p.

Münster tem se dedicado a estudar e divulgar o pensamento de Bloch, um dos mais criativos pensadores marxistas deste século,

autor do monumental *Princípio esperança*. Este livro lembra a obra de Michael Löwy sobre o jovem Lukács. Aqui, o autor segue a trajetória de Bloch no idealismo romântico de inspiração neokantiana, passando pela influência de Simmel e pela amizade com o Lukács pré-marxista, até a gênese das primeiras obras da sua filosofia da esperança marxista - *Thomas Münzer como teólogo da revolução* (publicado entre nós pela Tempo Brasileiro) e *Espírito da utopia*. Uma obra erudita que contribui para ampliar a cultura marxista em nosso país.

Novos HORIZONTES

Se a grande obra de Eric Hobsbawm, *A era dos extremos. O breve século XX*, cumpre seu objetivo de ser uma narração histórica informada dos grandes acontecimentos do século, o estudo de Giovanni Arrighi, *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* (São Paulo, Editora Unesp, 1994), abre novos horizontes e literalmente revoluciona a compreensão da dinâmica do mundo social a partir do marxismo.

A obra de Arrighi é resultado de um esforço de pesquisa de quinze anos e representa provavelmente o esforço mais bem sucedido de uma nova síntese compreensiva da dinâmica histórica do capitalismo e de seu futuro. Elaborado a partir do diálogo vivo com Perry Anderson, Immanuel Wallerstein, Fred Halliday, Robin Blackburn, entre outros, a obra de Arrighi utiliza criativamente conceitos e trilhas investigativas de Fernand Braudel em *Civilização material, economia e capitalismo*.

Arrighi periodiza os últimos séculos a partir de quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação: o genovês, o holandês, o britânico e o americano, cada um deles correspondendo a longos períodos de ascensão, auge e declínio. Contrariando qualquer visão espontaneista do processo, à contrácorrente mesmo da visão liberal apologética do mercado livre em seu desenvolvimento, Arrighi centra a sua análise na formação das grandes estruturas que fundem capital e poder político como origem destes ciclos sistêmicos.

Apropriada-se, então, das grandes possibilidades analíticas desta visão do alto, do comando mesmo dos processos de expansão capitalista. Longe da apropriação em larga medida esterilizante do pensamento de Gramsci cultivada pelo euro-comunismo, Arrighi recupera o conceito de hegemonia de Gramsci para entender o modo através do qual uma determinada coalização de capital e poder político estabelece a sua liderança no plano mundial. O momento de crise de hegemonia - perecimento da antiga e ainda de não formação de uma nova - corresponde a momentos de "caos sistêmicos", de dissolução e conflito em larga escala.

A primeira metade do século XX teria correspondido a um destes momentos de caos sistêmico, quando a hegemonia inglesa em declínio ainda não havia sido plenamente substituída pela hegemonia americana. O fim deste século é, por sua vez, compreendido como momento de turbulência devido às componentes estruturais da crise da hegemonia americana.

O livro de Arrighi é a melhor resposta, em nome da inteligência do marxismo, às teses típicas do "fim da história" cultivadas pela hegemonia liberal dominante. Na sua fusão de compreensão e crítica, a obra de Arrighi pode fecundar todo um esforço de renovação programática do socialismo internacional.

Juarez Guimarães



TINA MODOTTI, FOTÓGRAFA E REVOLUCIONÁRIA

Em abril de 1991, uma ampliação original da fotografia *Rosas*, de 1925, foi vendida por US\$ 165 mil, um preço comparável às fotos de Man Ray e Edward Weston. Sua autora, Tina Modotti, tirou apenas 400 imagens, mas marcou decididamente a história da fotografia.

Tina é também uma das figuras mais exemplares da vanguarda cultural que, a partir da Primeira Guerra Mundial, se deslocou para o comunismo na esperança de construir um mundo justo, mas foi tragada pelo drama do estalinismo. É sua biografia, por Margaret Hooks, que a José Olympio lançou, uma obra bem documentada e ilustrada.

Tina Modotti (1896-1942) nasceu na Itália e em 1913 emigrou para os Estados Unidos, tornando-se figura destacada dos círculos intelectuais e artísticos de São Francisco e Los Angeles,

onde atuou como atriz, modelo e, nos anos 20, fotógrafa. Em 1923, muda-se para a cidade do México, em parceria com seu então companheiro Edward Weston, de quem logo se separaria. Torna-se uma "locomotiva" da agitada boemia cultural da capital mexicana no período pós-revolucionário, convivendo com figuras como Rivera, Siqueiros, Atl e Tamayo, aprimorando seu trabalho fotográfico e ganhando notoriedade por seu comportamento sexual emancipado. A convivência com os fundadores do Partido Comunista Mexicano aguçou sua consciência social. Entre os Estados Unidos e o México, Tina combinou arte e políticas revolucionárias. Filiando-se ao PCM em 1927, torna-se companheira de Julio Antonio Mella, dirigente comunista cubano e um dos intelectuais marxistas mais originais do continente.

O trágico assassinato de

Mella em 1929 e a expulsão de Tina do México no ano seguinte são golpes terríveis, que mudam radicalmente a vida da fotógrafa. Ela passa a se dedicar apenas à política. Depois de um breve exílio na Alemanha, acompanha Vittorio Vidali (que havia sido designado para protegê-la) à União Soviética e vai trabalhar no Socorro Vermelho em 1931, tornando-se uma funcionária do aparato internacional soviético. Ela recusou, em Moscou, a função de fotógrafa do partido, percebendo a incompatibilidade entre suas concepções estéticas e a política estalinista, mas continua atuando no movimento comunista oficial na Europa. Volta ao México clandestina, em 1938, já deprimida e com a saúde abalada após a Guerra Civil Espanhola, falecendo em 1942 de um enfarte. Depois de 1929, ela nunca mais fotografou.

Internacionalismo Pop

Foi lançado no Brasil o último livro do economista americano Paul Krugman, professor da Universidade de Stanford (Rio de Janeiro: Campus, 1997). Mesmo não podendo ser apresentado como um economista de esquerda - pelo contrário, Krugman pode ser considerado no máximo um keynesiano moderado, este e os outros livros de Krugman já traduzidos para o português (*A era do conformismo* e *Vendendo prosperidade*), merecem ser lidos. Entre as qualidades do seu trabalho podem ser destacados o rigor com que os dados estatísticos são estudados, a recusa do senso comum e do discurso dominante como parâmetros teóricos e, não menos importante, a qualidade do texto: simples, escrito para não especialistas em assuntos econômicos mas longe das visões superficiais que caracterizam os chamados "formadores de opinião" contemporâneos -

os consultores e escritores de *best-sellers* da área de administração, economia, etc.

Em *Internacionalismo Pop* Krugman investe contra alguns dos lugares comuns que dominam atualmente a discussão sobre economia internacional. A "globalização" como processo inexorável que arrasta os Estados nacionais e a competição entre países por mercados, por analogia à competição entre empresas - que ele classifica de idéia sem sentido - são alguns de seus alvos. Ele mostra, com base nos dados oficiais disponíveis para os EUA, que o crescimento de uma economia de grande porte como a americana - ou a brasileira, poderíamos acrescentar - depende quase que exclusivamente de fatores internos ao próprio país e não de uma suposta competitividade na disputa de mercados internacionais.

Fábio Pereira

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

Política, tradição e estética na ordem social moderna, de Anthony Giddens, Ulrick Beck e Scott Lasch. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 264 p.

Anthony Giddens é, ao lado de Bourdieu, Habermas e Elias, uma das principais figuras da teoria sociológica recente. Entre suas concepções, uma das mais instigantes é que a sociedade moderna distingue-se das anteriores por seu caráter reflexivo - o conhecimento sobre a dinâmica social e histórica é incorporado pelos agentes sociais e gera uma complexidade e uma imprevisibilidade que o determinismo de diversas teorias sociais não valoriza. A sociedade torna-se, cada vez mais, criação dos sujeitos que disputam seu rumo. Nesta obra - bem menos problemática do que a anterior *Para além da esquerda e da direita*, em que Giddens resvala em posturas políticas liberais - ele debate o tema com outros autores.

O MERCOSUL NA ENCRUZILHADA

O FUTURO PODE SER A
UNIÃO LATINA OU UM
QUINTAL SEM LEI DAS
MÚLTIS E DOS EUA

ANTONIO MARTINS E IGOR FUSER

"O general em seu labirinto", de Gabriel García Márquez, descreve o inferno em que se transformaram as últimas semanas de vida de Simón Bolívar. Aos 50 anos, ele havia libertado do colonialismo a metade mais rica da América. Mas era um combatente amargurado. Os chefes do exército que formara traíram o sonho de uma "Pátria Grande" dos latino-americanos para liderar o surgimento de pequenos países, dominados por novas oligarquias. Consumido pela tuberculose, Bolívar relembra o erro de Sucre, encarregado de organizar um congresso das jovens nações latino-americanas. "Sempre pensei que convidar os Estados Unidos para qualquer encontro ligado ao progresso da América Latina é o mesmo que chamar o gato para uma reunião de passarinhos."

Nos próximos anos, o Mercosul — a união aduaneira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — estará diante de um desafio tão crucial quanto o que trágico, no século XIX, os liderados de Bolívar e as chances da "Pátria Grande". Lançado na década passada, o bloco consolidou-se e atrai novos parceiros. É o mais ambicioso programa de integração regional a Comunidade Econômica Européia, em 1957. Seu problema é ter surgido num mundo em que, com o neoliberalismo e a globalização, as grandes empresas aproveitam a diluição das fronteiras nacionais para esmagar concorrentes menores e atropelar direitos trabalhistas. O Mercosul corre o risco de se transformar em um quintal sem lei das multinacionais e dos EUA.

NEOLIBERALISMO COMO SALVAÇÃO

A integração entre os países do Cone Sul veio no rastro das mobilizações populares e das esperanças no final dos regimes militares. Lançada em 1986, a idéia do bloco viria a se concretizar em um ambiente político diferente.

O Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercosul, foi firmado em 27 de novembro de 1991. Para os quatro presidentes que o assinaram (entre eles Collor e Menem), a modernidade chegaria com os capitais externos. E o dinheiro de fora só viria se tivesse ampla liberdade — inclusive para ignorar as fronteiras econômicas e as legislações sociais.

A contradição entre solidariedade latino-americana e submissão à força do capital está expressa nos dois instrumentos fundamentais do Tratado de Assunção. Uma Zona de Livre Comércio concedeu grande incentivo à circulação de mercadorias e serviços entre os quatro países ao livrá-la de impostos (há uma "lista de exceções" com algumas dezenas de itens). Uma Tarifa Externa Comum (TEC) garantiu que os produtos de fora do bloco sofreriam, ao ingressar em qualquer uma das economias, a mesma taxa.

Animados pela crença no livre mercado, porém, os governos do Mercosul opta-



ram por fixar uma TEC muito baixa. Para quase todos os produtos, ela é de 14% (a alíquota no Brasil até os anos 80 girava em torno de 100%). Além disso, grupos inteiros de produtos importados, como as máquinas industriais, tem alíquota zero.

Alguns êxitos foram rápidos e são indiscutíveis. Entre 1990 e 95, o comércio no interior do Cone Sul cresceu três vezes. A formação do bloco estimulou avanços notáveis em setores industriais importantes, como o automobilístico e alimentício. A produção de veículos é duas vezes maior que no início da década e a importação, pelo Brasil, de alimentos argentinos e uruguaios ajudou a manter quase congelado o preço da cesta básica nos últimos três anos. As próprias distâncias físicas estão menores. Fala-se em construir uma auto-estrada que ligaria o Rio de Janeiro e Buenos Aires em apenas 36 horas.

O Mercosul passou a contar nas relações internacionais. Reunirá, no ano 2 mil, uma população de 240 milhões de habitantes (igual à dos EUA) e um PIB de um trilhão de dólares (comparável ao da França). O Chile e a Bolívia deverão somar-se aos quatro parceiros nos próximos anos.

O deputado Miguel Rossetto do PT-RS, um dos 16 brasileiros que integram a Comissão Parlamentar do Mercosul, argumenta, contudo, que o sucesso alcançado até agora pode escorrer entre os dedos das mãos. "Inebriadas pela oportunidade de alguns negócios lucrativos, as classes dominantes do Cone Sul abriram a região ao capital externo. Desprezaram os direitos sociais, a democracia e o próprio futuro de nossos países. Se não houver correções urgentes, temo que o surto inicial de progresso termine em desastre".

ATAQUE AOS DIREITOS

"A fixação de uma tarifa de importação muito reduzida está sucateando setores inteiros da economia do Mercosul e eliminando milhares de empregos", diz Rafael Freire, o membro da CUT responsável por acompanhar o bloco. Entre os setores golpeados, estão as indústrias de máquinas,

têxtil, de calçados e de brinquedos, e a produção brasileira de algodão. E mesmo onde há avanço produtivo, se dá uma forte desnacionalização. Empresas argentinas de alimentos e indústrias brasileiras de autopeças passaram para controle externo. O próprio crescimento da indústria automobilística parece frágil no atual cenário.

As grandes empresas estão aproveitando o fim das barreiras econômicas para atacar direitos sociais, trabalhistas e de proteção ambiental. Um exemplo: os grandes frigoríficos brasileiros que atuam no Oeste catarinense (Sadia, Perdigão e Chapecó), agora podem comprar, sem imposto de importação, animais da Argentina. Utilizam-se desse "direito" para rebaixar os preços que pagam aos criadores brasileiros. O nivelamento de direitos é sempre feito por baixo. Na Argentina e Uruguai, os salários e as condições de trabalho na construção civil são razoáveis. Para rebaixá-los, as empreiteiras passaram a "importar" operários do Brasil, que trabalhavam mais para ganhar menos. A CUT propôs a assinatura de uma Carta Laboral, para garantir condições de trabalho dignas em todo o Mercosul, mas a proposta não foi aceita.

GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

A formação de um bloco econômico obriga os Estados que o compõem a abrir mão de parte de sua soberania. Decisões importantes que antes eram tomadas soberanamente, como a política comercial, as taxas de câmbio e os rumos gerais da política econômica, passam a ser compartilhadas com os aliados.

O problema é que, numa época de culto ao mercado e desprezo pelos direitos sociais, ninguém se lembra de propor que as decisões dos blocos econômicos sejam tomadas através... da democracia. A Europa Unida é um exemplo. Os acordos de Maastricht jamais foram submetidos a debate no Parlamento Europeu.

No Mercosul, a falta de democracia beira o grotesco. As decisões adotadas em conjunto pelos ministros da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai fazem e desfazem for-

tunas, quebram e recriam empresas, matam de fome e fazem nascer — sem que haja um único órgão eleito pelo voto para debater os rumos do bloco.

Para dar alguma aparência de legalidade a estas decisões, criou-se há dois anos a Comissão Parlamentar do Mercosul, formada por 16 parlamentares de cada país. Mas Miguel Rossetto conta que "jamais houve, nem no Congresso Nacional, debate para definir as indicações. Foram feitas pelas bancadas dos partidos, e a maioria dos parlamentares as ignora. Não é para menos: a Comissão Parlamentar não tem nenhum poder. E pede-se que ajudem a aprovar medidas que sequer conhecem".

PROVA DE FOGO

Os êxitos e misérias do Mercosul, os avanços e limites que ele impõe a uma autêntica união latino-americana, serão submetidos a uma prova de fogo. Os Estados Unidos decidiram, mais uma vez, transformar a América Latina em alvo estratégico. Lançaram com estardalhaço, em 1994, a Alca — Área de Livre Comércio das Américas. Pretendem, nas palavras de George Bush, criar "uma área livre de barreiras comerciais, do Alaska à Patagônia". Tiveram o cuidado de excluir Cuba.

O Mercosul é, apesar de tudo, um obstáculo. Sua pauta de exportações, composta de produtos básicos agrícolas e industriais, abrange itens que os EUA têm interesse em vender. Por isso, a representante comercial norte-americana, Charlene Barshefsky, declarou que "o Mercosul é inconveniente para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos".

Há duas maneiras de enfrentar a ameaça. Uma é a das elites do Cone Sul: dar ampla liberdade aos capitais externos e esperar que a "mão invisível do mercado" conduza o Mercosul ao Primeiro Mundo. Mas será possível enfrentar os Estados Unidos usando as armas do dinheiro?

Talvez Bolívar fosse capaz de inspirar outra alternativa. Ele gostava de lembrar que vencera os espanhóis vinte vezes (e venceria outras), porque se apoiara na superioridade moral e na mobilização popular.

O Mercosul poderia recorrer a esses trunfos? Paulo Schilling aposta que sim. Livre da dependência externa, o Mercosul poderia vencer a miséria que aflige metade de sua população, e iniciar uma fase de progresso sem precedentes. O Brasil, pondera Schilling, tem a maior área agrícola do mundo, e as terras férteis do "pampa húmido" argentino já concentraram boa parte das exportações mundiais de carne e de milho. O Mercosul é auto-suficiente em petróleo, tem um subsolo riquíssimo e fontes abundantes e baratas de energia. O parque industrial é diversificado e poderia modernizar-se rapidamente, com distribuição de renda e aumento do consumo. "Controlado pelo povo, este patrimônio poderia ajudar a construir uma grande nação", diz o economista.

São sonhos? Talvez. Mas há uma década, o próprio Mercosul não era mais que uma miragem. Enfrentar as pressões dos EUA tornando o bloco democrático é um bom projeto para as próximas décadas. Um desses planos que teimam em não morrer, como a Pátria Grande.

ESTE TEXTO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NA REVISTA "MOMENTO", DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS DO BANCO DO BRASIL.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS